



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS



**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,
EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UAB/UnB**

**ALFABETIZAÇÃO DE ALUNOS COM PARALISIA CEREBRAL
NO ENSINO REGULAR DE IPATINGA - MG: um estudo de caso**

MARIA APARECIDA ROSA FERREIRA

ORIENTADORA: Rosania Aparecida Stoco de Oliveira

BRASÍLIA/2011



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS



MARIA APARECIDA ROSA FERREIRA

**ALFABETIZAÇÃO DE ALUNOS COM PARALISIA CEREBRAL
NO ENSINO REGULAR DE IPATINGA - MG: um estudo de caso**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do Depto. de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano - PED/IP - UAB/UNB - Pólo de Ipatinga-MG.

Orientadora: Professora Mestre Rosania Aparecida Stoco de Oliveira.

BRASÍLIA/2011

TERMO DE APROVAÇÃO**MARIA APARECIDA ROSA FERREIRA****ALFABETIZAÇÃO DE ALUNOS COM PARALISIA CEREBRAL
NO ENSINO REGULAR DE IPATINGA - MG: um estudo de caso**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UAB/UnB. Apresentação ocorrida em 30/04/2011.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

ROSANIA APARECIDA STOCO DE OLIVEIRA (Orientadora)

SUSANA SILVA CARVALHO (Examinadora)

MARIA APARECIDA ROSA FERREIRA (Cursista)

BRASÍLIA/2011

DEDICATÓRIA

Educadores, onde estarão? Em que covas terão se escondido? Professores há milhares. Mas professor é profissão, não é algo que se define por dentro, por amor. Educador, ao contrário, não é profissão, é vocação. E toda a vocação nasce de um grande amor, de uma grande esperança.

Rubem Alves (2006)

À todos os educadores, que buscam conhecimento e se empenham para alcançar a qualidade da educação sem perder a essência do ser.

À todos que enfrentam os desafios do cotidiano escolar, da sala de aula e são capazes de percebê-la como um espaço multicultural, respeitando as diferenças e ao mesmo tempo possibilitando a realização da dinâmica do conhecimento.

Aos alunos que nos permitem refletir sobre as relações, nos fazendo compreender a simplicidade e a forma natural com que lidam com as diversidades.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela oportunidade de realizar esta Especialização que muito contribuiu para meu crescimento profissional e pessoal.

Sou grata aos meus familiares pela compreensão, carinho e companheirismo que demonstraram em todos os momentos.

Agradeço também a Edlene, que acompanhou o desenvolvimento da etapa inicial do curso.

Orientadora Rosania Stoco, muito obrigada pela dedicação, carinho e persistência para me auxiliar na construção desse trabalho.

À todos os professores da escola pesquisada, que contribuíram para a realização deste estudo, meus agradecimentos.

À equipe diretiva da escola, que colaborou e apoiou o desenvolvimento do trabalho realizado.

Aos colegas do curso, que proporcionaram momentos de debates e reflexões importantes, possibilitando a troca de experiências e o reconhecimento da necessidade do respeito ao ser humano. Especialmente ao Vicente e Paulo pela disposição que sempre tiveram para nos atender no pólo.

Luzia, meus sinceros agradecimentos por sua ajuda, companheirismo e incentivo.

Agradeço a mãe da aluna e familiares, por serem compreensivos e receptivos, demonstrando sinceridade, carinho, e respeito pelo trabalho e pela pesquisadora.

Em especial, a aluna “Agnes”, que me fez compreender que muitas vezes, somos nós que colocamos dificuldades e barreiras que nos impedem de realizar grandes, ou pequenas coisas. Não poderei jamais me esquecer de uma frase sua: “Para mim não existe nada difícil”. Comprovei neste momento que ela é feliz.

RESUMO

A inclusão é um desafio a ser enfrentado nos dias atuais, mais do que matricular uma criança na escola é preciso garantir a qualidade da educação, de maneira que todos aprendam em condições de igualdade. Um estudo de caso sobre a alfabetização de uma aluna, com Paralisia Cerebral, do Ensino Fundamental, inserida no PAT – Programa de Alfabetizar em Tempo em uma escola Municipal em Ipatinga – MG, foi o objetivo deste trabalho. Buscou-se ainda, identificar os recursos e metodologias que podem ser utilizados para alfabetizar uma criança com Paralisia Cerebral, além de apontar as dificuldades e os desafios encontrados no cotidiano escolar, propondo alternativas que favoreçam o ensino e a aprendizagem destes alunos. O trabalho teve na Fundamentação Teórica uma breve revisão sobre o conceito de Paralisia Cerebral, suas causas e conseqüências, a relação família/escola no processo de inclusão, metodologias e estratégias de ensino. Foi utilizada a abordagem da pesquisa qualitativa – estudo de caso, onde como instrumento realizou-se entrevista com a aluna e questionários aplicados para as seis professoras que atendem a aluna, três pessoas da equipe diretiva e para a mãe da aluna. Através da pesquisa, podemos perceber que os professores e equipe diretiva não se sentem preparados para enfrentar os desafios da inclusão e solicitam medidas para capacitação profissional, acreditam que a inclusão é importante e necessária. Tornou-se evidente algumas contradições entre a equipe diretiva, em relação aos processos pedagógicos da escola. Através das respostas da mãe foi possível compreender a importância da utilização dos mobiliários e adaptações necessárias ao atendimento de alunos com PC e ainda, identificar a dificuldade da família em acompanhar a filha diariamente na escola. A mãe aponta ainda a necessidade do preparo dos professores para atendê-la. Foi identificado também a necessidade de se buscar informações sobre o aluno, disponíveis na ficha ou relatório individual. Os questionamentos propostos a aluna permitiram envolvê-la na pesquisa, possibilitando inferir que para ela não existe dificuldade no processo da sua inclusão na escola. Foi possível também compreender por que a aluna apresenta dificuldades para o raciocínio operatório e formal Concluiu-se que a inclusão faz parte do humano e mesmo que se apresentem alternativas e propostas que amenizem as dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar, é nas interações pessoais, a dedicação do professor, o trabalho em equipe, a necessidade de vencer e a vontade de ajudar o aluno com necessidades especiais que nos impulsiona a repensar as atitudes em relação à inclusão.

PALAVRAS CHAVE: Alfabetização, Paralisia Cerebral, Inclusão, Aprendizagem.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	08
I- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
1.1 Políticas Públicas educacionais do Brasil: focando o atendimento escolar de alunos com necessidades especiais.....	11
1.2. Paralisia Cerebral	14
1.2.1 Algumas Características da Paralisia Cerebral	14
1.2.2 Definições da Paralisia Cerebral	15
1.2.3 A Relação Família / Escola no Processo da Inclusão	17
1.2.4 Os Professores e a Inclusão dos Alunos com Paralisia Cerebral	18
1.2.5 Definindo Metodologias e Estratégias de Ensino	20
1.2.6- Recursos e Estratégias para alunos com Paralisia Cerebral.....	22
II. OBJETIVOS	25
III. METODOLOGIA	26
IV. RESULTADOS E DISCUSSÃO	35
V. CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS	56
APÊNDICES	60
A - Questionário para os Professores (Modelo)	60
B - Questionário para Equipe Diretiva (Modelo).....	62
C - Questionário para os Pais (Modelo)	63
D- Roteiro de Entrevista com a aluna (Modelo)	64
E- Imagens da aluna em atividade física.....	65
ANEXOS	66
A - Carta de Apresentação – Escola	66
B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Pais/Responsáveis	67
C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido- Mãe da Aluna	68
D - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Diretor/Vice-Diretor	69
E- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Coordenador	70
F– Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Professor	71

APRESENTAÇÃO

A história da inclusão escolar no Brasil teve um marco importante com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Em seu artigo 205, assegura que: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da Família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade [...]”. O artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino. No artigo 208, inciso III, é dever do Estado, garantir “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.”

No entanto, para que a educação inclusiva seja uma realidade não basta apenas ter garantido por lei o direito de matricular crianças com necessidades especiais nas escolas. Esta precisa oferecer serviços complementares, adotar práticas criativas na sala de aula, adaptar um projeto pedagógico pautado na e para a inclusão, rever posturas e construir uma nova filosofia educativa.

A inclusão de alunos com necessidades educativas especiais é uma realidade em nossas escolas, sobretudo as da rede pública de ensino. No entanto, esse é um processo recente que tem se transformado em um grande desafio para os educadores e para o sistema de ensino brasileiro. A inclusão é um desafio que implica mudanças na escola como um todo, no projeto político pedagógico, no currículo, na postura diante dos alunos, na filosofia de todos que fazem parte do cotidiano escolar.

Partindo desse princípio, a escolha do tema da pesquisa, relaciona-se com minha vivência como educadora. No ano letivo de 2009, na turma de 2º Ano do 1º Ciclo do Ensino Fundamental que tinha uma aluna com Paralisia Cerebral. A mesma freqüentava a escola desde a Educação Infantil e foi matriculada na instituição no ano 2008. A princípio a situação causou muito desconforto, preocupação, insegurança e ansiedade, pois ainda não tinha passado pela experiência de trabalhar com uma criança com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) com comprometimento motor, ou seja, cadeirante.

Durante o ano letivo de 2010 a aluna foi inserida na sala do PAT- (Programa de Alfabetizar em Tempo) que tem como finalidade auxiliar as crianças a desenvolver a escrita e a leitura.

De acordo com a família, a filha participa também do projeto oferecido pelo Centro Universitário do Leste de Minas Gerais (UNILESTE-MG) que a auxilia na reabilitação através terapia ocupacional e da equoterapia oferecido pelo Clube do Cavalo. A equoterapia é

um método terapêutico e educacional que utiliza o cavalo dentro de uma abordagem interdisciplinar nas áreas de saúde, educação e equitação, buscando o desenvolvimento biopsicossocial de pessoas com deficiência e/ou com necessidades especiais.

Procurando atender as necessidades pedagógicas da aluna a escola ofereceu atendimento na Sala de Recursos. As Salas de Recursos Multifuncionais são espaços na escola onde se realiza o atendimento educacional especializado para alunos com necessidades educacionais especiais, cujo objetivo é desenvolver estratégias de aprendizagem centrada em um novo fazer pedagógico que favoreça a construção de conhecimentos pelos alunos.

A família demonstra cuidados com a criança, no entanto, às vezes os cuidados são excessivos, o que dificulta sua independência e autonomia. A situação financeira da família não é suficiente para atender todas as necessidades da criança dificultando assim acesso a tecnologia e aparatos que favoreçam sua locomoção ou conforto.

O laudo apresentado pelo neurologista que acompanha o desenvolvimento da aluna aponta para tetraparesia espática (paralisia das pernas com aumento do tônus muscular, o que faz com que os membros enrijeçam por movimentação voluntária ou involuntária). A Paralisia Cerebral do tipo espática manifesta-se por um desequilíbrio de força e uma alteração do tônus muscular. Em vista disso, a espasticidade é um fator agravante que compromete o desenvolvimento motor normal, dificultando que a criança adquira habilidades necessárias para uma qualidade de vida satisfatória.

Esta experiência cotidiana com a aluna despertou várias dúvidas e questionamentos a respeito das suas limitações e dificuldades. Tais desafios me instigaram a querer investigar sobre a Paralisia Cerebral, para que por meio dos conhecimentos adquiridos pudesse buscar uma metodologia que tornasse o trabalho mais eficaz e que garantisse a aprendizagem dessa aluna e de outros contribuindo para seu desenvolvimento social e intelectual. Ou seja, a partir de meu exemplo, pode-se perceber ainda que existe um despreparo ou falta de formação dos docentes e da comunidade escolar como um todo para lidar com a inclusão de forma geral e, no caso específico, com a de alunos com Paralisia Cerebral.

A Rede Municipal de Ensino de Ipatinga-MG busca viabilizar as condições físicas e materiais que favoreçam a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais que além do atendimento em sala de aula regular contam com Sala de Recursos cujo trabalho é desenvolvido extraturno. No entanto, mesmo investindo para adaptação e ajustes necessários no espaço físico da escola, recursos pedagógicos adequados e a oferta de cursos para preparação dos educadores são necessários.

Segundo a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDBEN - 9394/2006), as crianças com necessidades especiais tem direito garantido, pois “os sistemas de ensino assegurarão aos educando com necessidades especiais: currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades” (Art. 59º). Portanto, é uma responsabilidade da escola, educadores e todos os que estão envolvidos no ambiente escolar zelar para que seja de fato oferecida uma educação de qualidade.

Por esse motivo, o objetivo desse trabalho foi estudar o processo de alfabetização de uma aluna com Paralisia Cerebral, do 3º ano do 1º ciclo do ensino fundamental, inserida no PAT – Programa de alfabetizar em tempo, numa escola Municipal em Ipatinga; refletir sobre as metodologias mais eficientes na alfabetização de crianças com Paralisia Cerebral; como o professor e funcionários diretamente ligados a aluna entendem o processo da inclusão e como a família participa da inclusão escolar. Sendo assim para alcançar os objetivos propostos buscou-se responder as seguintes questões:

- Qual o melhor processo de alfabetização para uma aluna com Paralisia Cerebral no ensino regular?
- Quais as metodologias utilizadas para alfabetizar a aluna com Paralisia Cerebral?
- Quais são os aspectos facilitares e dificultadores no trabalho realizado pelos professores?
- Qual a importância da família na inclusão de aluno com PC?
- Quais são os materiais pedagógicos necessários para trabalhar com alunos com PC.

Esta monografia encontra-se estruturada em capítulos: no primeiro temos a Apresentação do trabalho; a Fundamentação Teórica, que aborda as questões das políticas públicas educacionais no Brasil, características da Paralisia Cerebral, definições da Paralisia Cerebral, a relação família/escola no processo da inclusão, os professores e a inclusão dos alunos com Paralisia Cerebral; em seguida temos explicitados os Objetivos do presente trabalho; a Metodologia utilizada para a realização da pesquisa; os Resultados e Discussões dos dados coletados; as Considerações Finais, Referências, Apêndices e Anexos.

I-FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 Políticas Públicas Educacionais do Brasil: focando o atendimento escolar de alunos com necessidades especiais.

O atendimento às pessoas com deficiências teve início no Brasil na época do império com a criação de duas instituições: Imperial Instituto dos meninos cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant - IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos- INES, ambos no Rio de Janeiro. No século XX é fundado o Instituto Pestalozzi- 1926, instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954 é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos Excepcionais- APAE e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff. (BRASIL/MEC/SEESP, 2008).

De acordo com Kelman (2010, p. 33) a inclusão que hoje se discute tem origem, em meados do século XX, com a **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, de 1948, resultado do esforço da sociedade para conquistar igualdade de direitos e dignidade para todos.

A história da educação no país a princípio era caracterizada como privilégio de um grupo, essa exclusão foi reforçada pelas políticas públicas. A partir do processo de democratização da educação colocou em evidência o paradoxo inclusão/exclusão.

A partir de então surge à necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, o papel da escola para superar a lógica da exclusão e a educação inclusiva passa a ser o centro do debate na sociedade contemporânea. O Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial apresenta a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que acompanha os avanços do conhecimento e das lutas sociais, visando constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos.

Segundo Dutra [*et al*] (2008, p. 6) a Educação Especial se organizou tradicionalmente como atendimento educacional especializado substituindo o ensino comum, evidenciando de diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram a criação instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais.

Ainda de acordo com (DUTRA, 2008) na visão dos direitos humanos e do conceito de cidadania fundamentado no reconhecimento das diferenças e na participação do sujeito,

decorre uma identificação dos mecanismos e processos de hierarquização que operam na regulamentação e produção das desigualdades.

De acordo com a Constituição Federal (1988), artigo 208, parágrafo III e a **LEI Nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência deve acontecer preferencialmente na rede regular de ensino.

No entanto, o PARECER HOMOLOGADO (24/9/2009, Seção 1, p. 13). Decreto nº 6.571/2008 regulamentado art. 60 da Lei nº 9.394/96 em janeiro de 2008, a nova “Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva” da SEESP/MEC é publicada, passando a orientar os sistemas educacionais para a organização dos serviços e recursos da Educação Especial de forma complementar ao ensino regular, como oferta obrigatória e de responsabilidade dos sistemas de ensino.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- Lei nº 9.394/96, no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências; e assegura a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar.

Acompanhando o processo de mudança, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determinando que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001).

Uma das contradições diz respeito à educação especial, sendo complementar ao ensino regular, enquanto no Parecer do MEC todos os alunos com necessidades especiais devem ser matriculados no ensino regular. Outro fator agravante é quando se refere a “todos” os alunos, pois a afirmação é utópica uma vez que muitas crianças que tem necessidades de atendimento especial não poderão ser atendidas pela escola regular.

As Diretrizes ampliam o atendimento especializado em caráter suplementar ou complementar, mas quando se fala em substituir o ensino especial pelo ensino regular nos esbarramos na falta de políticas públicas inclusivas na rede pública de ensino prevista no artigo 2º da Resolução CNE/CEB nº 2/2001.

A escola não está preparada para receber a matrícula desses alunos nas classes comuns, uma vez que o repasse de verbas e licitações para as adaptações necessárias acontecem no decorrer do ano. Muitas vezes, as verbas são insuficientes para a compra de todos os materiais, necessários ao atendimento do aluno com NEE, o que causa lentidão no processo de adaptação de materiais pedagógicos e no espaço físico da escola.

Ainda citando o artigo 58 da LDB, no parágrafo 1º dispõe que: Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. (LDB, 1996). A LDB prevê o atendimento educacional especializado em horário no turno inverso ao da classe comum, na própria escola ou em centro especializado que oferece esse serviço educacional.

Não podemos ter uma visão simplista quanto aos serviços de apoio especializado, pois são insuficientes para atender a demanda da clientela de educação especial. Os alunos que tem Transtornos Globais do Desenvolvimento passam pelo processo de triagem que sempre prioriza os casos mais graves para atender deixando muitos alunos sem a assistência necessária. Por outro lado a criança com comprometimento motor é “inserido” na escola e conta apenas com colegas e professor regente para atender suas necessidades, exigindo da própria família a higienização e alimentação da criança porque sua motricidade é comprometida.

A proposta atual para a educação inclusiva reconhece a diferença como um valioso instrumento para o crescimento da coletividade. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional que esta fundamentada na concepção de direitos humanos que considera a diferença e a igualdade como valores indissociáveis. O aluno precisa ser aceito, acolhido, respeitado, para garantir de fato a inclusão é necessário conhecer e compreender as leis que garantem a matrícula, a permanência e o ensino diferenciado e de qualidade. Assim como há a necessidade da capacitação dos professores para atender esses alunos e mudar as atitudes negativas promovendo de fato a inclusão.

No capítulo II da Constituição Federal de 1988, seção I, art.205, “a educação, direito de todos e dever do Estado e família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade [...]”. Neste contexto que se baseia a inclusão de alunos com necessidades especiais, ao Estado cabe a gratuidade do ensino até mesmo para aqueles que não conseguiram ter acesso ao ensino na idade própria. Por isso toda criança tem direito de estar matriculado em uma unidade de ensino regular.

No artigo 55, da Lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) reforça os dispositivos legais supracitados ao determinar que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos na rede regular de ensino.”

De acordo com o inciso I a Constituição Federal de 1988, artigo 206, que estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante como dever do Estado a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.

Em contrapartida o Conselho Nacional de Educação e a Câmara de Educação Básica em sua Resolução Nº 4, de 2009, art. 1º, determinam que os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais de aprendizagem e altas habilidades na classe comuns do ensino regular.

A Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994), passam a influenciar a formulação de políticas públicas da educação inclusiva. Sobre a inclusão a Declaração de Salamanca (1994, p. 5) diz que:

O princípio fundamental da escola inclusiva consiste em que todas as pessoas devem aprender juntos, não importam quais as dificuldades ou diferenças elas possam ter. Escola inclusiva precisa reconhecer e responder as necessidades diversificadas de seus educando, assegurando educação de qualidade para todos mediante currículos apropriados, mudanças organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com suas comunidades.

Garantir a matrícula e frequência dos alunos com Paralisia Cerebral no ensino regular é tornar efetivo o direito a “educação para todos” sem distinção. Apesar das dificuldades impostas pela lesão cerebral adquirem significados nas relações sociais, e o desenvolvimento cognitivo desta criança se dá por estratégias diferenciadas permitindo assim a construção do conhecimento.

1.2 Paralisia Cerebral

1.2.1 Algumas Características da Paralisia Cerebral

Partindo do princípio que para realizar um trabalho educacional de qualidade com aluno com Paralisia Cerebral¹ é fundamental conhecer a patologia para desenvolver atividades que auxiliem no processo cognitivo, social, desenvolvimento motor e entender quais são as limitações e necessidades da criança com PC.

De acordo com Basil (2004) os problemas diretamente derivados da lesão cerebral, no desenvolvimento psicomotor (controle postural, deambulação, manipulação, etc.) podendo ser maior ou de menor gravidade.

Os transtornos no desenvolvimento da fala e da linguagem que podem ser determinadas por perturbações grave, do controle dos órgãos motores bucofonatórios, que podem afetar a execução (disartria) ou a própria organização do órgão motor (apraxia). Como consequência alterar em maior ou menor grau a inteligibilidade da linguagem falada, ou podem impedi-la por completo. (BASIL, 2004).

Gil, Santos, Barbato (2010, p. 129) se apóiam na pesquisa de (PUYUELO, 2001) para citar que as alterações na comunicação e linguagem que a criança com PC pode apresentar costumam ser divididas em problemas motores de expressão e em problemas na aquisição de linguagem. Sendo a tetraplegia, a forma de PC que apresenta maior incidência de alterações de linguagem associadas.

No desenvolvimento cognitivo quando não existem transtornos associados a atraso mental, observa-se que as dificuldades encontradas são consequências do déficit motor que altera as possíveis capacidades em relação ao mundo social e físico. Podendo afetar a autoeficiência interferindo na disposição e motivação para a aprendizagem. “As experiências sensório-motoras das crianças são muito limitadas e, seja como for, diferentes daquelas das outras crianças, visto que elas têm dificuldades de manipular, controlar e explorar livremente o ambiente físico que se encontram.” (BASIL, 2004, p. 222).

A dificuldade de manipulação pode trazer impedimento para o desenvolvimento do raciocínio operatório e formal, devido a pouca habilidade de ação sobre os objetos. O que pode trazer frustrações e sentimento de fracasso, que pode se agravar quando associado à superproteção dos outros.

¹ A partir deste momento a sigla PC será usada para o termo Paralisia Cerebral.

1.2.2- Definições de Paralisia Cerebral

A Paralisia Cerebral foi definida por Bax² (apud GIL, SANTOS e BARBATO, 2010) como uma desordem caracterizada por alteração do movimento e da postura devido a uma lesão não-progressiva do cérebro em desenvolvimento ou decorrente de uma malformação cerebral. Surgiu entre a década de 40 e 50 para designar uma doença com característica de enrijecimento muscular com predominância dos membros inferiores.

Ainda entendendo a definição da Paralisia Cerebral, vale citar Basil (2004, p. 215) que comenta que a definição mais aceita sobre o termo PC procede dos países anglo-saxões. Ressalta que PC não é uma doença, mas um quadro ou estado patológico uma vez que a lesão quando existe é irreversível. A autora apóia em (BARRAQUER, PONCES, COROMINAS e TORRAS,1964), nos quais se entende como Cerebral palsy:

A seqüela de uma afecção encefálica que se caracteriza primordialmente por um transtorno persistente, mas não variável, do tônus, da postura e do movimento, que aparece na primeira infância, e não apenas é diretamente associado a essa lesão não evolutiva do encéfalo, como se deve também à influencia que tal lesão exerce na maturação neurológica.

Algumas causas da Paralisia Cerebral podem ser pré-natais (acontecem antes do nascimento), Peri-natais (ocorrem durante o nascimento) e as pós natais (após o nascimento). Há ainda aquelas que cujas causas ou etiologia não podem ser diagnosticadas (informação verbal)³.

Gil, Santos e Barbato (2010, p. 128) apóiam-se em Nagel Bleck (1928) para definir o termo Paralisia Cerebral que de acordo com a Academia Americana de Paralisia Cerebral utiliza a alteração do movimento e a distribuição topográfica como critérios para distinguir os tipos de Paralisia Cerebral. A Paralisia Cerebral do tipo espático apresenta o tônus muscular aumentado ou mais rígido, a espasticidade se caracteriza pela restrição de amplitude dos movimentos e dificuldade de se iniciar o movimento. O tipo atetósico caracterizado pelos movimentos involuntários. O tipo atáxico que é marcado pela falta de equilíbrio, de posição no espaço e movimento incoordenado. O tipo misto tem como característica a espasticidade e

² Bax, M. C. O. Terminology and classification of cerebral palsy. *Developmental Medicine and Child Neurology*. [S.I. s.n.], 1964.

³ Informações obtidas no 1º Seminário Interdisciplinar da Pessoa com Deficiência Intelectual APAE de Ipatinga. 18 de Agosto de 2010.

atetose. Quanto à distribuição topográfica dessas alterações classifica-se: para um membro afetado a monoplegia, hemiplegia para pernas e braços, diplegia maior envolvimento nas pernas, a triplegia para ambas as pernas e um dos braços e a tetraplegia para pernas, braços, tronco e cabeça.

Dados apresentados pelos autores indicam que 80% dos pacientes com espasticidade tratam com fisioterapia, pois com o passar do tempo a tonicidade dos músculos aumentam. Alguns estudos indicam que 70% das crianças com Paralisia Cerebral apresentam comprometimento cognitivo, o que é mais comum em crianças com espasticidade. Não há relação direta entre envolvimento motor e cognitivo, pois crianças que apresentam comprometimentos motor leve podem apresentar dificuldade na aprendizagem e outros com comprometimento grave podem se desenvolver cognitivamente de acordo com a faixa etária. (GIL, SANTOS e BARBATO, 2010).

1.2.3-A Relação Família / Escola no Processo da Inclusão

Quando nasce uma criança com alguma necessidade especial, a família está completamente despreparada para cuidar das suas necessidades especiais. Em muitos casos não existe uma equipe especializada para orientar a família e auxiliá-la nesse momento.

A família da criança com Paralisia Cerebral deve entender que a criança necessita ser estimulada desde cedo para se desenvolver em todas as potencialidades, precisa conhecer as limitações buscar ajuda e recursos para auxiliá-la no seu desenvolvimento.

De acordo com Paniagua (2004) quando se tem um filho com deficiência há sempre um sentimento de perda, pois os pais renunciam a expectativa de ter um filho perfeito, a partir de então cresce a preocupação com o presente e o futuro da criança e essa preocupação acompanha a família a vida toda, com maior ou menor intensidade. Em alguns casos o nascimento de criança com necessidades especiais pode gerar ruptura com parte da família.

A autora apresenta algumas dificuldades enfrentadas pela família, decidir pelo tratamento adequado, aumento de dedicação (muitas vezes os filhos com necessidades especiais requerem mais cuidado), dificuldade para encontrar pessoas que atendam a criança para que tenham momentos de lazer, no aspecto econômico tem gastos extraordinários com tratamentos específicos e alguns pais deixam de trabalhar para cuidar da criança.

Diante de todas as dificuldades, muitas famílias conseguem alto nível de adaptação e de satisfação, acompanhar o filho, muitos sentem orgulho, valorizam o esforço do filho para aprender e superar dificuldades.

É fundamental a participação da família na vida dos filhos independente das limitações físicas ou intelectuais, são os principais agentes para promover a autoestima, e o desenvolvimento global da criança (informação verbal) ⁴.

Assegurar o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, especialmente no Capítulo V, que estabelece e define a responsabilidade do estado além da família de assegurar o atendimento e a oferta da educação para todos, inclusive as pessoas com necessidades especiais é também um dever da família.

Paniagua (2004, p. 334) afirma que:

A família e a escola educam a criança compartilhando o interesse comum e fazer-lhe bem e que os pais devem confiar no profissionalismo dos professores, mediante a informação periódica, a comparação de pontos de vista e o dialogo permanente em torno dos temas que os preocupam. Os professores devem respeitar o fato de que há muitas formas de ser pais, muitos estilos que podem ser válidos para a criança, ainda que não coincidam com o seu ideal de como deve ser a família.

Kelman (2010, p. 40) assegura que a família é certamente o principal e o primeiro contexto de desenvolvimento no qual o ser humano vive. Suas experiências dentro do seio familiar o marcarão por toda a vida.

1.2.4 Os Professores e a Inclusão dos Alunos com Paralisia Cerebral

Esse mundo não se esgota nos saberes a cerca da educação (o que se pensa) e no saber fazer (o domínio das habilidades para desenvolver a prática), mas também parte dele as intencionalidades (pretensões, motivações, ilusões, projetos, utopias, etc.) que são como mundos imaginados que nos abrem caminhos, que nos movem e que dão razões para desejar buscar realidades que acreditamos melhores daquilo que temos a nossa volta.

Sacristán (2003)

A inclusão deve ser compreendida como um complexo e continuado processo que exige mudanças de conceitos e adaptações nos espaços físicos e na formação de professores para atender melhor as pessoas com necessidades especiais garantindo, acessibilidade e o ensino de qualidade.

Segundo Rabelo e Amaral (2003, p. 209) a inclusão se baseia na ideia de que todas as pessoas devem, democraticamente, participar de forma ativa na organização da sociedade, de

⁴ Informação obtida no seminário da APAE.

tal maneira que todos possam ter acesso as oportunidades de desenvolvimento sociocultural, considerando suas características individuais.

Observa-se que existem alguns fatores que dificultam o processo de inclusão, dentre eles a falta de preparação dos professores que em muitos casos desconhecem a patologia dos alunos que é fundamental para desenvolver um trabalho pedagógico mais eficiente e o número elevado de alunos na sala de aula.

Em entrevista realizada pela Revista Nova Escola com o especialista português Antonio Novoa (2001), constatou-se que ele defende que algum dos principais desafios da profissão de educador é manter-se atualizado sobre as novas metodologias de ensino e desenvolver práticas pedagógicas mais eficientes.

Para Novoa (2001) o essencial em nossa profissão é o aprender contínuo concentrado em dois pilares: a própria pessoa do professor, como agente, e a escola, como lugar de crescimento profissional permanente.

Em contrapartida Sacristán (2003, p.17) diz que “ninguém dispõe de todo o acúmulo de informação existente que constitui a cultura sobre educação. Dominamos apenas parte dela”. Este provavelmente é uma questão crucial para o sucesso da inclusão e garantia de qualidade do ensino, é a necessidade do professor estar em constante busca para melhorar sua prática educativa.

As autoras Silva, Ribeiro e Mieto (2010, p. 207) afirmam que “aprender a ensinar na diferença nos impõe o desafio de pensar em práticas pedagógicas que façam do conceito de normalidade X anormalidade lugar de interrogação e de superação. Isso é um desafio a ser construídos por todos os educadores.”

Atualmente aprender vai se tornando direito humano fundamental, quase no mesmo patamar que o direito a vida, mostrando que através da conquistas de história própria sabemos buscar nosso espaço. (DEMO, 2005).

As mudanças que ocorrem no sistema educacional principalmente no que se refere a inclusão exigem uma nova postura dos professores, pois as competências profissionais só podem, na verdade ser construídas graças a uma prática reflexiva. O professor reflexivo dirige, o olhar sobre o seu próprio trabalho e seu contexto imediato, no dia a dia, nas condições concretas e locais de seu exercício. (PERRENOUD, 1999).

Garcia (1999, p.45) comenta ainda que quando os professores adotam uma atitude reflexiva face ao seu próprio ensino, implica-se em processos de questionamento do aspecto do ensino geralmente assumidos como válidos.

1.2.5 Definindo: Metodologia e Estratégias de Ensino

Partindo do princípio que para o professor intervir e auxiliar o aluno a desenvolver a aprendizagem é necessário que tenha conhecimento de como acontece à aprendizagem, e definir os métodos e estratégias que serão utilizados por ele para facilitar e promover o conhecimento.

Sacramento (2008) apóia-se nas idéias de (DA SILVA & SÁ, 1997 *in* IESDE, 2003) para afirmar que:

As estratégias de aprendizagem vêm sendo definidas como seqüências de procedimentos ou atividades que se escolhem com o propósito de facilitar a aquisição, o armazenamento e/ ou a utilização da informação. Em nível mais específico, as estratégias de aprendizagem podem ser consideradas como qualquer procedimento adotado para a realização de uma determinada tarefa.

A etimologia da palavra método é “caminho a seguir para alcançar um fim”, e o foco do estudo da metodologia são os métodos de ensino.

Maciel e Raposo (2010, p. 74) esclarecem que a escola organiza sua metodologia em torno de fatos, princípios e regras que precisam ser retidos, recordados e depois aplicados. No decorrer do século XX, diversos teóricos que se preocupam com a busca de um entendimento sobre o desenvolvimento e aprendizagem humanos discutiram e criticaram esse tipo de pedagogia. Destacam ainda que os teóricos mais influentes com suas idéias na educação Piaget (1974; 1996), Vygotsky (1986, 2003), Bruner (2003). Também pensadores do porte de Dewey (1952), que inspirou o movimento da Escola Nova no Brasil e que, ao colocar a atividade prática e a democracia como o fundamento básico da educação podendo considerá-lo precursor da Pedagogia por Projetos, e Freire (1970) com seu conceito de ‘educação bancária’, por exemplo, foram bastante discutidos entre nós.

Sacristán (2003, p. 17), cita que Piaget, a partir da epistemologia genética, oferece-nos uma explicação acerca de como se constrói ou se desenvolve a inteligência, teoria que os outros tentaram transpor aos métodos pedagógicos e a construção dos currículos.

Aprender é o nosso principal instrumento de sobrevivência e que a aprendizagem se realiza através dos processos que tornam possível o ato cognitivo de aprender. (SANTOS, 2008).

De acordo com Santos (2008), falando de Piaget, a abordagem do desenvolvimento está baseada em quatro estágios: “o primeiro estágio é o sensório-motor, caracterizado pelas interações físicas com os objetos e pela idéia de que objetos existem independentes da percepção que temos deles. O segundo é o pensamento pré-operacional baseado nas

representações internas, envolvendo símbolos que são limitados a interpretação da aparência. O pensamento operacional concreto, o terceiro estágio, é caracterizado por um pensamento baseado na lógica e na independência da aparência. O quarto estágio, pensamento operacional formal, é baseado no pensamento sistemático, formal e dedutivo, completamente independente da aparência.”

Para Santos (2008) a aprendizagem somente ocorre se as quatro condições básicas forem atendidas: a motivação, o interesse, a habilidade de compartilhar experiências e a habilidade de interagir com diferentes contextos.

Ensinar a criança a ler é um dos objetivos da escola regular, e como a criança aprende e qual o método a ser utilizado são questões debatidas por mais de um século de pesquisa.

De acordo com Maciel (2010, p. 104) “o debate sobre os métodos de ensino refletiu o embate entre duas concepções diferentes de linguagem e de aprendizagem. De um lado, temos os defensores do método global de alfabetização, que teve em Decroly um dos seus expoentes, e os que defendem o método fonético multissensorial de Montessori”.

A defesa do método global (também conhecido como método analítico) refletia inicialmente a concepção gestalista de que o aprendiz teria primeiro uma visão da totalidade antes de chegar à análise das unidades constituintes da palavra. A defesa do método fonético multissensorial, que representa uma das formas dos métodos conhecidos como sintéticos, tinha como princípio que a aprendizagem deve partir do mais simples (fonemas, letras, ou sílabas) para o mais complexo (palavra, sentença e texto), e uma estreita correspondência entre linguagem oral e escrita, supondo uma ligação direta entre fonema e grafema.

Para Maciel (2010, p. 104) os métodos de alfabetização podem ser assim definidos em:

Método global a ênfase do método global (ou analítico) está centrada no significado. Uma de suas características básicas é o reconhecimento global de frases significativas para os alunos na primeira fase da aprendizagem da leitura. O ensino tem como objetivo fazer com que os alunos compreendam o sentido do texto lido. A ênfase recai na compreensão da leitura e não na decodificação.

Método sintético A ênfase do método sintético está centrada na decodificação, isto é, toda a atenção do aluno está voltada para a combinação dos elementos que compõem a palavra, tais como as letras, seus sons ou famílias silábicas ordenadas por ordem de suposta complexidade linguística. A atenção ao significado do texto é adiada para uma etapa posterior. O método sintético propõe que o aluno analise as palavras decompostas nesses elementos mínimos, não levando em conta que ele pode reconhecer de imediato a palavra inteira, num lance de olhar.

O método fônico multissensorial sistematizado por Montessori é um método de marcha sintética que se inicia com o ensino dos sons das letras (e não de seus nomes), a partir dos quais o aluno vai fazendo combinatórias para formar sílabas e daí compor palavras.

É chamado multissensorial porque Montessori defendia como um princípio básico que todos os sentidos do aluno deviam ser estimulados para uma melhor memorização e aprendizagem de qualquer conteúdo.

Método Paulo Freire (1965, 1968, 1982) pode ser identificado como um método de marcha global ou analítica na medida em que este defende que o processo de alfabetização começa sempre pela “leitura do mundo”. Da problematização desse universo de significados é que se retiram as palavras, frases e sentenças, ou seja, os “temas geradores” a serem trabalhados dialogicamente com os alfabetizados nos “Círculos de Cultura”. Ele pode ser considerado mais como uma Teoria do Conhecimento na medida em que cria uma concepção de educação popular e consolida um dos paradigmas mais ricos da pedagogia contemporânea.

Garcia (1999, p. 153) afirma que o objetivo de qualquer estratégia que pretenda proporcionar a reflexão consiste em desenvolver nos professores competências metacognitivas que lhes permitam conhecer, analisar, avaliar e questionar a sua própria prática docente, assim como os substratos éticos e de valor a ela subjacentes.

Marchesi (2004, p. 4) comentam que “é preciso haver um currículo comum para todos os alunos, posteriormente deve ser adequado ao contexto social e cultural de cada escola e as necessidades diferentes de seus alunos.”

Um dos objetivos fundamentais do Método de Montessori é preparar a criança para que seja livre. Para isso é indispensável que ela consiga autonomia, mediante a aquisição de níveis progressivos de independência física e afetiva, o que implica autoestima e independência de vontade e pensamento (MONÉS, 2003, p. 30).

1.2.6 Recursos e Estratégias para alunos com Paralisia Cerebral

A educação inclusiva precisa se efetivar em todos os sentidos as autoras Silva, Ribeiro e Mieto (2010, p. 206) comentam sobre as receitas pedagógicas que partem do pressuposto que todos são iguais; os livros didáticos com suas perguntas e respostas prontas, os planejamentos e avaliações fechadas e fixas não conseguem responder a essas novas demandas da escola contemporânea.

Para Silva, Ribeiro e Mieto (2010) é fundamental que se construa um projeto educacional que apresente novas formas de se pensar à produção de conhecimento na escola. Para isso, é preciso que o educador se alimente de discussões teóricas e conceituais que

possam fundamentar uma prática pedagógica que esteja de acordo com essas originais exigências.

Gil, Santos e Barbato (2010, p. 263) comentam que a escrita é uma das formas predominantes de registro e avaliação pedagógica nas escolas e nossa educação muito se baseia em aspectos grafomotores. Por isso essa questão merece especial atenção dos professores devido a suas implicações no processo de aprendizagem das crianças.

De acordo com Gil, Santos e Barbato (2010, p. 264) há adaptações que facilitam a escrita manual. Uma fraqueza muscular pode, por exemplo, ser compensada com o uso de uma caneta de cabo engrossado ou uma caneta de tinta gel que minimiza o esforço requerido pela criança para vencer o atrito da caneta no papel. O que não significa que os alunos com PC realizarão as atividades no mesmo tempo dos outros alunos. É preciso observar o esforço requerido pela criança e a qualidade da escrita produzida de modo a ajustar as propostas de atividades que envolvam essa habilidade. É importante garantir à criança a obtenção do conteúdo ministrado sem sobrecarregá-la com cópias em horários extras, tanto na hora do recreio ou em casa.

Os autores sugerem fotocópias do caderno de planejamento do professor ou de um colega, ou ainda o uso de um papel carbono no caderno de outro colega, pode garantir à criança o conteúdo.

A maior meta é a apropriação dos conceitos trabalhados. Logo, busque minimizar a quantidade de cópia para possibilitar a maximização da qualidade. Por vezes, a simples permissão da escrita somente das respostas pela criança durante o exercício pode promover sua participação da discussão dos conteúdos e correção das tarefas, o que é mais efetivo para o processo de ensino-aprendizagem.

Ressaltam também que a questão do espelhamento é, de certo modo, comum nesse tipo de Paralisia Cerebral, em virtude das alterações perceptivas que interferem no desenvolvimento das habilidades viso-espaciais e viso-construtivas. Por vezes, a criança apresenta espelhamento constante, por outras, não consegue traçar letras, embora as nomeie e seja capaz de soletrar palavras.

Quanto à Sala de Recurso os autores afirmam que os alunos com PC poderão utilizar o computador que propicia uma escrita mais funcional do que a manual, na medida em que demanda menor esforço físico. Os softwares atuais já trazem opções de acessibilidade como configurações do teclado e do mouse, além do teclado virtual que proporcionam a diminuição da necessidade de correção, ganho de velocidade e, portanto, de fôlego de escrita.

Gil, Santos e Barbato (2010) concluem que o professor precisa estar atento as atividades que demandam ou se apóiam nessa habilidade como Jogos que envolvam tempo de execução ou a valorização da questão tempo que em qualquer atividade colocará essa criança em uma situação desvantajosa. Há necessidade de planejar o jogo de modo que todos possam executar. As alterações perceptivas também podem interferir na aprendizagem das operações matemáticas. Armar uma operação pode ser difícil por demandar habilidade viso-espacial, o que um caderno quadriculado auxilia muito na maioria das vezes.

Quanto à avaliação os autores alegam que o que importa é o conteúdo, o desenvolvimento das idéias e a apropriação da morfossintaxe da língua. Para auxiliar os alunos com PC na locomoção e posicionamento pode-se utilizar andador na sala de aula e cadeiras de rodas para atividades externas.

II-OBJETIVOS

2.1- Objetivo Geral:

- Estudar o processo de alfabetização de uma aluna com Paralisia Cerebral do Ensino Fundamental inserida no PAT – Programa de Alfabetizar em Tempo numa escola Municipal em Ipatinga – MG.

2.2- Objetivos Específicos:

- Descrever o histórico da Paralisia Cerebral;
- Descrever o processo de alfabetização de uma aluna com Paralisia Cerebral em escola regular.
- Analisar as dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar tanto pelo educador quanto pela aluna com Paralisia Cerebral;
- Descrever as metodologias utilizadas para alfabetizar a aluna com Paralisia Cerebral;
- Identificar os aspectos facilitares e dificultadores do trabalho realizado pelos professores com a aluna com Paralisia Cerebral;
- Identificar as características da aluna com Paralisia Cerebral;
- Identificar os materiais pedagógicos necessários para trabalhar com alunos com Paralisia Cerebral.
- Descrever o papel da família na inclusão escolar da aluna com Paralisia Cerebral;

III- METODOLOGIA

3.1 Fundamentações Teóricas da Metodologia

O presente trabalho foi pautado na pesquisa qualitativa que de acordo com Maciel e Raposo (2010, p. 81) “possui um caráter essencialmente teórico, é vista como uma construção sistemática que é permanentemente confrontada com a multiplicidade de idéias das quais resultam um conjunto de alternativas que se expressam na investigação científica”.

Segundo Aragão, Barros e Oliveira (2005) o procedimento de pesquisa qualitativa é ao mesmo tempo, produção de saber, construção de metodologia, elaboração de princípios, estabelecimento de resultados e invenção/construção processual do seu caminho, abandonando certas vias e criando outras.

Os estudos dessas autoras vêm de encontro com nossos anseios, no sentido de mostrar a importância da pesquisa qualitativa para realização estudo de caso, caminho escolhido para realizar este trabalho. De acordo com Martins (2008) o método focaliza fenômenos dentro do contexto real, onde o pesquisador busca aprender e interpretar a complexidade de um caso concreto.

Para Demo (2005, p. 129) o que a pesquisa qualitativa pode fazer, é realçar horizontes alternativos, apontar dimensões esquecidas ou reprimidas, chamar a atenção para o que se esconde a sombra, clarificar os silêncios as reticências.

Assim entendemos que a pesquisa qualitativa permite conhecer as mudanças educacionais e os fatores que propiciam essas mudanças, utilizando a observação e entrevistas que são instrumentos fundamentais para coleta de dados. (MARCHESI, 2004).

Maciel e Raposo (2010) se apóiam em (BRANCO; VALSINER, 1997; GASKINS; MILLER; CORSARO, 1992; GONZÁLES-REY, 1997; 1999; 2005) para citar que:

Para as abordagens interpretativas, os momentos informais da investigação também são de grande importância para a construção do conhecimento, uma vez que, na investigação qualitativa, o valor da informação se define pelo que ela significa para o conjunto de informações em desenvolvimento dentro da investigação.

Para Maciel e Raposo (2010) o ponto de partida do professor é a prática, pois ela esboça a trajetória que se deve percorrer e o olhar investigativo sobre o cotidiano escolar é constituído pelo conhecimento que o professor dispõe.

As autoras ressaltam que quando o docente pesquisador valoriza os métodos qualitativos e etnográficos torna-se capaz de enfrentar os desafios do cotidiano.

3.2 Contexto da Pesquisa

3.2.1 Local de coleta de dados

O trabalho foi realizado em uma escola da Rede Municipal de Ipatinga, aqui chamada de Escola Multirreferencial, que atende crianças do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano). A escola foi escolhida, pois atende uma criança com Paralisia Cerebral desde o ano de 2008, quando foi matriculada em uma turma de crianças com 6 anos de idade.

Ao longo dos anos observou-se o desenvolvimento da aluna, suas dificuldades e necessidades educacionais especiais, sendo este um dos motivos para a escolha da mesma para participar da pesquisa. A escolha da escola para pesquisa ocorreu por atender essa aluna com Paralisia Cerebral e pelo fato de ser o local de trabalho da pesquisadora, tendo proporcionado a primeira experiência de alfabetização de uma criança com Paralisia Cerebral.

3.2.2 Caracterização da Escola Multirreferencial

A pesquisa realizou-se na escola aqui denominada “Escola Multirreferencial⁵, foi criada pela lei Municipal nº. 1162/91, localizada em um bairro da periferia de Ipatinga - MG, as atividades da escola tiveram início em 1991 com 09 turmas de 1º ao 5º Ano, com 311 alunos e 06 turmas de 6º ao 9º Ano com 208 alunos, em três turnos (matutino, vespertino e noturno) em horário diferencial das demais escolas, procurando atender a comunidade onde está inserida, possui hoje 549 alunos, divididos em dois turnos: matutino e vespertino.

Sua missão é oferecer um ensino de qualidade proporcionando a formação integral do aluno no âmbito pessoal, social e profissional. A qualidade de ensino ministrada, garantia do compromisso e união de equipe, focando os valores morais, o senso ético, o intelectual, é foco

⁵ O local pesquisado será designado por nome fictício. O nome fictício da escola foi escolhido pensando no desejo de se fazer uma escola realmente inclusiva, que respeita as diferenças, os gostos e interesses valorizando a aprendizagem e a heterogeneidade do grupo.

de sua visão. Possui 24 turmas, com um total de 34 professores, 3 professores da equipe diretiva, 04 funcionários da secretaria, 15 funcionários da área de serviços gerais.

A escola tem sistema de segurança com câmeras de vídeo e um funcionário designado pela prefeitura especialmente para zelar do seu patrimônio. Tem uma ótima estrutura física, banheiros adaptados aos deficientes físicos, mas ainda não tem uma rampa de acesso ao 2º andar, mas já está em processo de aquisição de verbas para consolidar esse fator.

No primeiro pavimento fica 01 sala de direção e 01 sala para a vice- direção com 01 banheiro, 01 secretaria, 01 sala para Xerox, sala dos professores com 01 banheiro, biblioteca, 01 cantina, área de refeitório com mesas e bancos, um depósito de merenda, 08 banheiros femininos e 08 banheiros masculinos, 01 banheiro adaptado para cadeirante, 01 quadra coberta com dois banheiros (01 feminino e 01 masculino), 02 sala do “**Programa Mais Educação**”, 02 salas de aula e 01 sala de coordenação onde cada dia da semana os professores (divididos por disciplinas ou turmas) fazem seus planejamentos semanais, 01 sala de recursos multimídias (pequena mais aconchegante) cuja função é o atendimento especializado a 19 alunos com as mais diversas especificidades.

No 2º pavimento foram construídas 10 salas de aula, 01 laboratório de Informática com 05 computadores (sala para mesa alfabeto), 01 sala do PROINFO com 20 computadores, 01 sala para depósito de materiais, 02 banheiros.

A Secretaria Municipal de Educação em parceria com a escola desenvolve projetos para atender os alunos com dificuldade de aprendizagem (**Mais Educação, PAT - Programa de Alfabetizar em Tempo e Sala de Recursos**) que vem colhendo bons resultados.

No ano de 2010 iniciou o Projeto “**Mais Educação**” com 100 alunos envolvidos no total, com revezamento de turma. O objetivo do projeto é estender a carga horária dos alunos para 8 horas diárias, com a finalidade de tirar as crianças e adolescentes da rua, oferecendo várias atividades diferenciadas.

Todos os professores possuem curso superior, a maioria tem curso de Especialização (pós-graduados) nas diversas áreas do conhecimento, e 01 professor de Educação Física fase final do Curso de Mestrado. Os auxiliares de serviços têm habilitação em nível fundamental ou médio.

A clientela predominante é de classe operária de baixa renda, filhos de funcionários de empreiteiros e autônomos sem renda fixa em busca de uma situação financeira melhor. Por isso encontram-se pais com jornada de trabalho intensa e, em conseqüência, As crianças ficam em casa sozinhas sem acompanhamento em casa ou necessitando da ajuda de vizinhos e familiares.

Alguns alunos apresentam vários problemas de falta de limite, de senso familiar, crescentes nível de agressividade, desinteresse pelos projetos pedagógicos da escola, falta hábito de estudo, indisciplina, baixa auto-estima, baixo rendimento escolar e alunos infreqüentes, outros alunos enfrentam problemas relacionados à droga, alcoolismo e criminalidade que envolve seus familiares (alguns têm presas pessoas da família: pai, tio, primos). Alguns alunos já presenciaram cena de violência que envolve a morte de algum parente ou colega do bairro.

3.2.3 PAT- Programa Alfabetizar em Tempo

No final do ano letivo de 2009 a prefeitura Municipal de Ipatinga fez parceria com o Instituto Alfa e Beto de Brasília que oferece vários programas de alfabetização. Dentre eles está o Programa de Aceleração de Aprendizagem denominado pela prefeitura de Ipatinga “Programa Alfabetizar em tempo” (PAT). Cujas finalidades são acelerar o aluno em defasagem de aprendizagem e idade superior a adequada para o ano escolar. A proposta para o programa foi que no ano de 2010 haveria turmas de PAT I- para atender alunos maiores que 9 anos ou que ainda não eram alfabetizados, e PAT II para alunos de 5º ano ou maiores que 10 anos e no ano de 2011 apenas PAT II. Porém em algumas escolas o programa continua atendendo a duas turmas.

De acordo com o Art. 1º da Instrução Normativa nº 01/2011, visando implementar o projeto iniciado em 2010, o PAT I II:

Será modalidade única a ser oferecida nas escolas da rede municipal com o objetivo de corrigir o fluxo da rede, eliminando a defasagem idade/ano/ciclo criando condições para que, em mais um ano os alunos que apresentam distorção possam ter condições de retornar com sucesso o percurso regular, frequentando o ano/ciclo previsto para seu grupo etário.

No final do ano os alunos do PAT I que alcançaram os objetivos foram enturmadados no 3º ou 4º ano, e ainda colocados na turma de PAT II dando sequência ao Programa. Os alunos que fizeram o PAT II e alcançaram os objetivos foram para o 6º Ano do Ensino Fundamental.

Os dois principais instrumentos do Programa são: o plano de trabalho do coordenador responsável pelo programa na rede de ensino (Secretaria ou regional da secretaria). Esse plano prevê ações que devem ocorrer na secretaria, nas escolas e nas salas de aula e a agenda do professor, que é um instrumento da escola, e é compartilhada pelos professores,

coordenadores e diretores, para registrar a frequência, o andamento do programa de ensino, resultados dos alunos, ações para recuperação e planos de aula.

O Instituto Alfa e Beto oferece ao professor capacitação inicial, reunião de planejamento quinzenal, reuniões mensais de gerenciamento realizada com diretor, o coordenador pedagógico e o professor. Além disso, oferece reuniões mensais da secretaria com diretores, assistência técnica aos municípios e capacitação gerencial e pedagógica dos coordenadores de cada programa.

De acordo com Oliveira (2011), como forma de amenizar a necessidade de assistência técnica intensa e garantir maior autonomia para as escolas, Instituto possui manuais para orientar as secretarias e escola para desenvolver trabalho pedagógico.

A metodologia do Programa está baseada na conscientização fonética. Segundo o Art. 5º da Instrução Normativa nº 1/ 2011:

A metodologia deve ser vista como formas de trabalho que atendam as diferentes dimensões ou níveis de aquisição de conteúdos, posto que se trata de alunos com trajetórias escolares diversas, comportara atividades diversificadas que favoreçam a participação do aluno no processo ensino aprendizagem, enfatizando processos de conhecimento e o desenvolvimento de sentimentos de segurança e autoestima.

Os testes são aplicados de acordo com a proposta de cada programa, no caso do PAT II as questões dos testes são relacionadas aos conteúdos ministrados em cada unidade, o Instituto oferece um modelo de teste para a rede, a secretaria anuncia a data da aplicação do mesmo.

Sugere-se que no caso de Programas de Aceleração de Aprendizagem as turmas tenham apenas 25 alunos e que o professor tenha perfil para trabalhar com as mesmas, sendo identificado pelo diretor da escola. Infelizmente isso não acontece, justamente pela falta de continuidade e descaso ao implantar ou suspender os projetos pela secretaria de educação, muitos professores efetivos não assumem estas propostas de trabalhos e acaba ficando a cargo de professores contratados.

3.4 Participantes

Participaram da pesquisa para a realização deste trabalho:

- 1 Aluna com Paralisia Cerebral aqui denominada **Agnes**⁶, com idade de 10 (dez) anos, matriculada no Ensino Fundamental inserida no Programa de Alfabetizar em Tempo do

⁶ Os nomes citados são fictícios, para preservar a identidade dos participantes.

Ensino Fundamental, em uma escola inclusiva da Rede Municipal de Ipatinga-MG, aqui chamada Escola Multirreferencial.

- A Professora Regente da aluna, **Meire**, formada em Pedagogia com Especialização em Psicopedagogia, tem um jornada de 40 horas semanais.

- A Professora **Iza** de Artes, formada em Pedagogia se Especializando em Educação Inclusiva sua jornada de trabalho é de 40 horas semanais, aposentada na rede Estadual de Ensino de Minas Gerais.

- A Professora **Cristina**, formada em Educação Física, com Especialização em Fisiologia e Biomecânica do Movimento/Ciências da Motricidade Humana, Mestre em Ciências da Reabilitação.

- A Professora, **Lara** atende a aluna na Sala de Recursos tem curso superior em Pedagogia, MBA em Práticas de Gestão em Educação.

- A Professora **Beatriz** de Ensino Religioso é formada em Pedagogia, Especialização em Ensino Religioso.

- A Professora **Fernanda**, que atende a aluna na biblioteca, formada em Letras e Inglês.

- A Diretora da escola, **Heloisa**, formada em Letras e Inglês

- A Vice-Diretora da escola, **Andréia**, formada em Pedagogia se especializando em Gestão Pública.

- A Coordenadora Pedagógica da escola, **Sandra**, formada em Pedagogia.

- A **mãe** da aluna, é do lar, ajuda o marido na pequena relojoaria da família, dedica-se as suas duas filhas, especialmente a que tem PC.

Portanto, participaram deste estudo a aluna Agnes, 06 professoras, 03 pessoas da Equipe Diretiva da Escola e a mãe da aluna Mary.

3.5 Materiais

Para a realização deste trabalho foram utilizados os seguintes materiais:

- 01 Computador;
- 01 Impressora;
- Tinta para impressão;
- 150 Folhas de papel A4;
- Gravador de som (celular);

- Livros e apostilas consultados;
- Caneta e lápis.

3.6 Instrumentos de Construção de Dados

Para a realização deste trabalho foi utilizado como instrumentos:

- Um questionário (Apêndice A) com questões 13 questões abertas que permitiram coletar informações sobre o trabalho dos professores que atendem a aluna com PC. O instrumento foi respondido pelas professoras: regente, arte, educação física, sala de recursos, ensino religioso e biblioteca que estão envolvidos diretamente com a aluna. A primeira questão foi inserida para captar o perfil dos profissionais que atendem a aluna. As demais questões tratam do tema em estudo que foram analisadas e subsidiadas por teóricos que pesquisaram sobre o assunto

- Foi aplicado questionário (Apêndice B) com questões abertas para 3 membros da equipe diretiva totalizando 3 questionários, respondidos pela diretora, vice-diretora e coordenadora pedagógica.

- Utilizou-se ainda um questionário (Apêndice C) aberto para a mãe da aluna, que possibilitou coletar dados importantes para a pesquisa.

- Realizou-se uma entrevista (Apêndice D) com a aluna Agnes, com a finalidade de conhecer sua opinião sobre a escola, professores e colegas.

Portanto, os questionários, foram respondidos pelas 06 professoras que trabalham diretamente com a aluna com PC, pela equipe diretiva da escola composta por 3 membros e a mãe da aluna. A entrevista foi realizada apenas com a aluna. Totalizando 11 pessoas participando da pesquisa.

3.7 Procedimentos de Construção de Dados

Para iniciar a pesquisa a pesquisadora procurou a equipe diretiva da escola para apresentar a proposta do trabalho na escola e os objetivos do mesmo. A equipe diretiva demonstrou interesse e disponibilidade para contribuir com a pesquisa. Em seguida foi entregue a Carta de Apresentação para a escola (Anexo A), o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo D e E) e o questionário para a equipe diretiva. O instrumento foi

respondido durante o período das férias e início do ano letivo, pois no fim do ano as tarefas administrativas sobrecarregam modificando a rotina da escola. Os membros da equipe diretiva foram escolhidos para participar do trabalho pelo fato de manterem contato com todos os alunos com necessidades especiais na escola.

A escolha do local e da aluna para realizar a pesquisa, se deu pela praticidade, convivência e experiência da pesquisadora no trabalho escolar com a mesma. Principalmente por ser o local do trabalho onde proporcionou a experiência de iniciar a inclusão com criança com NEE, em especial com PC.

A mãe da aluna foi escolhida para participar da pesquisa, devido ao contato anterior com a pesquisadora, além disso, sempre demonstrou interesse em contribuir com a escola e professores. Para responder o questionário, a pesquisadora orientou a mãe e incentivou a escrever todos os aspectos da pesquisa com sinceridade. A mesma assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo C).

A participação dos professores na pesquisa se deu pelo fato de estar diretamente ligados a aluna no fazer pedagógico. Após a escolha, os professores tiveram conhecimento dos objetivos da pesquisa, bem como da necessidade em contribuir com a pesquisa, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo F). Todas responderam prontamente ao questionário proposto.

Para realizar a entrevista com a aluna foi utilizado um gravador de som de um celular, com intuito de facilitar a coleta de dados. No primeiro momento, a pesquisadora esclareceu o objetivo da pesquisa para a criança e a importância que esta entrevista traria para o seu desenvolvimento. Em seguida solicitou a mãe a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo B) de participação da criança neste trabalho. A entrevista semi estruturada para coleta de dados continha 5 perguntas. Para facilitar à compreensão da aluna todas as perguntas foram lidas e explicadas antes de serem gravadas. Durante a entrevista utilizou-se uma linguagem menos formal e mais acessível à criança.

Na oportunidade foi assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo F). Foi feito um apelo aos professores quanto à necessidade da entrega do questionário devido à proximidade das férias e a falta de oportunidade de encontrar com alguns professores no ano seguinte uma vez que alguns trabalham na escola em forma de contrato. Esclareceu-se também que o nome das pessoas envolvidas na pesquisa seria mantido em sigilo para resguardar sua integridade.

3.8 Procedimentos de Análise de Dados

Após a coleta de dados iniciou-se a análise das respostas obtidas através dos questionários direcionados ao grupo de professores, equipe diretiva e mãe da aluna, bem como da entrevista com a aluna.

Para Ludke e André (1986) analisar os dados qualitativos significa trabalhar todo o material obtido durante a pesquisa, organizando o material, dividir, relacionar e identificar padrões semelhantes.

A partir dessa reflexão podemos dizer que as respostas semelhantes foram agrupadas, para facilitar a análise e fazer o embasamento teórico de acordo com diversos autores que abordam o assunto.

IV- RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os questionários aplicados tinham como objetivos identificar principalmente o processo de alfabetização da aluna Agnes com Paralisia Cerebral em escola regular. Apontando os aspectos que dificultam ou facilitam o trabalho realizado no cotidiano escolar tanto pelo professores e pela aluna, as metodologias utilizadas na sua alfabetização, realizado, o papel da família na inclusão e os materiais pedagógicos necessários para o aprendizado.

Através do questionário aplicado a mãe da aluna, foi possível entender aspectos relevantes para o estudo, como a necessidade de um espaço físico mais adequado para receber alunos com necessidades especiais.

Realizou-se uma entrevista com a aluna, buscando saber sua opinião sobre a escola, colegas e professores, o que possibilitou coletar dados importantes para o trabalho.

4.1-Análise dos Questionários Aplicados aos Professores

As professoras pesquisadas foram solicitadas a emitirem sua opinião em relação ao processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na escola regular, destacando o aluno com Paralisia Cerebral. De acordo com as professoras **Meire**, e a professora **Iza**:

O processo de inclusão de alunos com necessidades especiais é muito importante, necessário e ao mesmo tempo difícil. A criança com Paralisia Cerebral pode ter inteligência normal, apresentam muitas vezes um bom desenvolvimento da cognição e da linguagem. Avaliar o desenvolvimento cognitivo dessas crianças é uma tarefa muito difícil, pois as dificuldades na coordenação motora dificultam a utilização ou manipulação de objetos, assim como a articulação da linguagem oral. Podemos contribuir para o desenvolvimento cognitivo, habilidades e competências, estimulando-os e trabalhando na busca de novos caminhos, com a perspectiva de acreditar, que se pode fazer muito em prol desses alunos, rompendo com paradigmas existentes e partindo para a busca da inclusão de fato e de direito. Fundamental também para a socialização e que são pessoas acima de tudo.

Em função disso Silva, Ribeiro e Mieto (2010, p. 205) comentam que aprender a ensinar na diferença nos impõe o desafio de pensar em práticas pedagógicas que façam do conceito de normalidade X anormalidade lugar de interrogação e de superação. Isso é um desafio a ser construído, sem dúvida, por todos os educadores.

As professoras **Lara** e **Beatriz**, descrevem algumas dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar em relação à inclusão de alunos com necessidades educativas especiais. Compartilham da idéia de que a escola ainda esta pouco preparada para receber os alunos,

falta acessibilidade física para garantir a autonomia nos deslocamentos internos e profissionais de apoio ao professor regente.

Considerando que a escola deve se organizar para atender aos alunos com NEE, Rabelo e Amaral (2003, p. 212) apóia-se em Sasaki (1997) para citar as quatro fases distintas para a educação de pessoas com NEE. Fase da exclusão (excluídos do convívio social por ser considerados ineducáveis), fase da segregação (educação passa a ser realizada em instituto com visão mais reabilitadora gerando a subdivisão na educação: educação normal e educação especial), fase da integração (o aluno é trabalhado para acompanhar o ensino das escolas regulares) e a fase da inclusão (não é o aluno que tem de se adaptar a escola, mas as instituições educacionais que tem de se modificar para atender a diversidade).

As professoras **Fernanda e Cristina** visualizam a inclusão como “inserção”. Segundo elas a concretização da inclusão esbarra na não observância da capacitação dos profissionais da Educação, acessibilidade e materiais didáticos específicos.

De acordo com Marchesi (2004, p. 45)

As escolas inclusivas não aparecem da noite para o dia, mas vão se configurando mediante um longo processo; portanto é preciso tomar consciência dos objetivos que se quer alcançar e o tipo de estratégias que se deve impulsionar. A mudança de cada escola deve partir de sua cultura própria e orienta-se no sentido de sua transformação.

Para as professoras pesquisadas foi solicitado que descrevessem o processo de alfabetização da aluna Agnes em relação a: dificuldades, habilidades e desempenho.

Em relação à dificuldade para alfabetização da aluna com PC foram considerados os aspectos mais relevantes citados por todas as professoras: dificuldades neuromotoras, controle e coordenação dos movimentos (sustentação do corpo e cabeça, manipulação de materiais concretos), coordenação viso-motor, psicomotoras e locomoção, apresenta também pouca autonomia quanto ao uso de material didático.

Apesar das dificuldades apontadas pelas professoras, considera-se que a aluna apresenta habilidades necessárias ao seu desenvolvimento intelectual, social e afetivo, tais como: acompanhamento oral, linguagem oral clara, interação com os colegas, raciocínio preservado, bom conhecimento de mundo, observado pelas professoras **Beatriz, Fernanda, Lara, e Iza**.

Em relação ao seu desempenho, de acordo com a Professora **Meire e Cristina** a aluna é capaz de segurar o lápis e consegue escrever o conteúdo do quadro, mas, com certa dificuldade. É criativa, lê e compreende o que leu; conhece os numerais e faz relação entre

números e quantidade; possui conceitos básicos de: esquema corporal, direcionalidade; praxia global (movimentos básicos), praxia fina (reabilitação), orientação espaço-tempo e coordenação visomotora.

Analisando as habilidades da aluna, comprova-se que seu desempenho é satisfatório. Todas as professoras observaram que a aluna, lê e interpreta textos com relativa fluência, cria histórias coerentes, constrói a sequência numérica até 100 e compreende o valor posicional. Dentro de suas possibilidades, procura resolver as atividades propostas Possui boa auto-estima; Manifesta suas opiniões com clareza e objetividade.

A Professora **Cristina** cita que a aluna possui entendimento dos comandos de esquema corporal intermediário, não é paraplégica precisa de reabilitação dos membros inferiores (com apoio ela desenvolve a marcha). (ver Apêndice E).

De acordo com Faria (2009, p. 62) o processo de aprendizagem se desenvolve a partir da estimulação e recepção adequada dos estímulos pelo indivíduo. É uma alteração contínua no comportamento de acordo com as necessidades do dia a dia e sua socialização. Daí a necessidade de propor atividades que estimulem a aprendizagem da aluna é fundamental para o seu desenvolvimento.

Estratégias utilizadas para alfabetizar a aluna com PC

A estratégia passa a ser definida como a “escolha de soluções”.
Foucault (1998)

Foi solicitado ao grupo de professoras pesquisadas que citassem as estratégias utilizadas para alfabetizar a aluna Agnes, apenas algumas professoras responderam a questão proposta, as demais não responderam.

A professora **Iza** disse que para alfabetizar a aluna com PC é preciso usar mais a linguagem oral e visual. O uso de computador para registros, jogos e desafios, materiais concretos e conhecer o que a criança gosta de fazer.

Beatriz utiliza aula dialogada recorte/colagens etc. e a professora **Cristina** trabalha com aprendizagem por associação, materiais concretos e vivencia corporal.

Meire assinala que oferece a aluna atendimento individual e conta com a colaboração dos colegas de classe. Porém a professora **Lara** menciona que a aluna já está alfabetizada e o

foco do trabalho do AEE (Atendimento Especializado Educacional) foi desenvolver sua destreza manual e consolidar a alfabetização.

De acordo com Basil (2004, p. 232) um professor de um aluno com PC ou outro tipo de deficiência motora deve considerar que tem diante de si, sobretudo, um aluno a quem deve ajudar, assim como a todos os outros a aproveitar ao máximo suas potencialidades de desenvolvimento, de modo a viver a vida mais independente, rica e feliz possível.

No entanto, a professora **Fernanda** descreveu que nas aulas de biblioteca não tem como meta a alfabetização.

Analisando a idéia da professora **Fernanda**, vale ressaltar que de acordo com Ferreiro (2001, p.31) nenhuma prática pedagógica é neutra. Todas estão apoiadas em certo modo de conceber o processo de aprendizagem e o objeto de aprendizagem.

Em contrapartida Demo (2005, p. 131) comenta que: “toda a prática precisa voltar para a teoria, para ser revista e por vezes superada. A prática tem suas virtudes, a começar por ser concreta, fazer parte da realidade, acontecer de verdade. Mas tem suas limitações: tende a converter-se em rotina, girando em torno de si mesmo.”

A partir dessas reflexões, podemos dizer que o professor precisa ter conhecimentos sólidos sobre as dimensões técnica ou relativa à escrita e a dimensão da linguagem escrita apresentada por Maciel (2010) embasada em (PONTECORVO, 1997). De acordo com a autora é necessário proporcionar ao aluno situações em que possam ter experiências enriquecedoras com diferentes gêneros textuais.

Metodologias utilizadas para alfabetizar a aluna com PC

Solicitou-se ao grupo que descrevesse a metodologia utilizada para alfabetizar a aluna. De acordo com a professora **Meire** a aluna participa do Programa de Aceleração da Aprendizagem, denominado Programa Alfabetizar em Tempo (PAT). Este programa tem uma metodologia própria baseada na pedagogia do sucesso na qual são adotadas estratégias pedagógicas diferenciadas com ênfase no domínio da língua portuguesa e os materiais se caracteriza por uma abordagem estruturada, onde em cada etapa o aluno percorre um ciclo de aprendizagem bem definido, com material concreto, de fácil compreensão e muita oralidade.

Iza afirmou que utiliza o método sócio interacionista, o método global (contos), silábico e fônico. Cada um dos métodos tem sua especificidade, trabalho com metas e objetivos.

Lara utiliza a digitação no computador ao invés de realizar escrita manual para hipóteses de palavras, frases e sequencia numérica. Atividades em dupla onde os colegas podem realizar o trabalho motor sob sua orientação. Jogos virtuais de formar palavras, caça-palavras, cruzadinhas, segmentação de parágrafos, pois a aluna tem melhor desempenho e enorme interesse pelo uso da informática.

Beatriz usa a aula dialogada (leitura de textos e reflexão); Recortes de gravuras; Colagem de atividades, mosaicos etc.

Cristina utiliza meio para estimular a alfabetização: Associação; Vivencia; Conceituação; Inferência e ajuda nos movimentos. Pois atende a aluna na aula de Educação Física.

No entanto a Professora **Fernanda** afirmou que não utiliza nenhum método de alfabetização. Tal afirmação vem de encontro com a idéia de Maciel (2010) no que se refere a um dos papéis fundamentais da escola que é ensinar a criança a ler. Sendo a escola um lugar privilegiado do ensino da língua precisa ultrapassar as limitações de transmissão do código alfabético. A autora comenta ainda que “quando a escola promove o letramento, ela está, na verdade, promovendo a inclusão social e dando ao aluno condição para o pleno exercício da sua cidadania”. (MACIEL, 2010, p.103).

Recursos disponibilizados pela escola para auxiliar o trabalho com a aluna

Os professores pesquisados apontaram que utilizam diversos recursos pedagógicos, no desenvolvimento do trabalho com a aluna. De acordo com Blanco (2004, p. 292):

Uma escola para a diversidade implica o aproveitamento máximo dos recursos materiais e humanos disponíveis e sua organização sua organização adequada. É preciso chegar a acordo sobre os critérios que devem orientar a seleção, a aquisição e a elaboração de materiais que facilitem o processo de ensino e de aprendizagem de todos os alunos da escola.

As professoras **Cristina e Isa** aproveitam apenas os recursos já existentes para o ensino regular que a escola disponibiliza (equipamentos tecnológicos de uso coletivo,) não tem material específico para essa criança.

Meire e Beatriz utilizam cartazes, material concreto (letras emborrachadas, material dourado) etc., revistas, jornais, folhas etc.

Lara informou que a escola recebeu a sala de Recursos Multifuncionais do MEC. De acordo com a professora a informática, o teclado e mouse adaptados, é o recurso que mais motiva a aluna. A professora **Fernanda** não respondeu a pergunta.

Ações da escola para a acessibilidade da aluna

Foi solicitado ao grupo de professoras pesquisadas que citassem quais as ações a escola havia realizado para a acessibilidade da aluna. O Decreto 5296/2004, da Lei de Acessibilidade, Capítulo 1, Art. 11, dispõe que a construção, reforma ou ampliação de edificações de uso público ou coletivo, ou a mudança de destinação para estes tipos de edificação, deverão ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis à pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

De acordo com as professoras a escola fez adaptações nos banheiros, rampas na entrada e nas portas das salas de aula com a verba destinada à acessibilidade. Sua sala de aula e sala de recursos funciona no andar térreo, a escola está adquirindo vários materiais didáticos e pedagógicos que auxiliarão no desenvolvimento do trabalho, como por exemplo, uma carteira adaptada.

Processo de inclusão da aluna

Para conhecer como aconteceu a inclusão da aluna na escola e na sala de aula, solicitou-se que as professoras respondessem a questão proposta na pesquisa.

A professora **Meire** comentou que: “a escola foi procurada pelos pais que gostariam de matricular a filha no ensino regular e colocaram as dificuldades e necessidades da mesma”.

As professoras **Meire, Iza, Beatriz e Cristina** afirmaram que a aluna seria atendida de acordo com as possibilidades da escola e que a mesma apenas foi matriculada, pois é um procedimento comum.

A professora **Meire** foi informada pela equipe diretiva que estaria recebendo a aluna relatando quais as suas dificuldades e necessidades. Conversou com a mãe para me inteirar melhor da situação da aluna. No entanto, a professora **Cristina** cita que não obteve nenhuma orientação diferente por parte da equipe pedagógica.

Fernanda, Lara e Iza relatam que só foi possível porque a mãe se dispôs a vir na escola no intervalo para oferecer a merenda e levá-la ao banheiro, pois não tem profissional disponível para este fim.

Quanto à inclusão da aluna na sala de aula a professora **Lara** expõe que quando iniciou o trabalho no 2º semestre, a aluna já estava inserida na escola. É bem aceita por todos. A professora **Isa**, cita que a aluna foi incluída como outro aluno qualquer e concorda com **Lara** quanto à aceitação e respeito dos colegas.

No entanto, a professora **Cristina** declarou que a inclusão da aluna foi de forma satisfatória por já ter experiência e conhecimento sobre suas necessidades. Porém, a professora **Fernanda** não respondeu a questão.

Aspectos que facilitam o processo de inclusão da aluna

Quanto aos aspectos que facilitam a inclusão e aprendizagem da aluna, a autora Blanco (2004, p. 294) afirma que: os professores devem conhecer bem as possibilidades de aprendizagem dos alunos, os fatores que a favorecem e as necessidades mais específicas deles.

Compartilhando essa idéia foi solicitado que as professoras respondessem sobre os aspectos que facilitam à inclusão da aluna, todas as professoras pesquisadas citaram que: “A aluna é interessada, comunicativa, tem boa percepção, tem força de vontade e motivação para desenvolver-se, tem tranquilidade, acompanhamento dos pais e o apoio dos alunos da sala”.

Aspectos que dificultam o processo de inclusão da aluna

Foi solicitado ao grupo de professores pesquisados que citassem as dificuldades relacionadas ao processo de inclusão da aluna.

As professoras **Lara, Iza e Cristina** apontaram que falta formação específica para o trabalho com alunos com PC.

Um dos objetivos da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) é que o professor tenha como base de sua formação, inicial e continuada conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado, aprofunda o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial.

Marques e Marques (2003, p. 213) ressaltam que a “Declaração de Salamanca como as leis proclamadas após o ano de 1994 preocupam-se com a formação do professor que estará em contato com a nova fase do ensino regular.

A professora **Beatriz** aponta a falta de profissionais especializados para nos capacitar para o trabalho com eles (alunos).

De acordo com Rabelo e Amaral (2003, p. 213), o governo deve subsidiar a qualificação do corpo docente e técnico da rede de ensino, para prestar atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais. A qualificação acontecerá preferencialmente em parceria com as instituições de nível superior.

A professora **Meire** cita que o aspecto que dificulta a inclusão é a coordenação motora que a impede de acompanhar a turma no mesmo ritmo.

De acordo com Basil (2004, p. 222) “são evidentes as dificuldades que uma motricidade mal controlada impõe ao desenvolvimento cognitivo e a aquisição dos movimentos dos mecanismos culturais básicos”.

As professoras **Iza**, **Cristina** e **Fernanda** citam a falta de materiais didáticos específicos, mobiliário que favoreça a postura correta da criança, falta acessibilidade.

Basil (2004, p. 232) destaca que, a criança com deficiência motora necessita mudar de postura com frequência sendo importante a utilização de instrumentos para permanecer em outras posições enquanto descansam ou manipulam objetos.

A professora **Iza** acrescenta ainda a falta de apoio da coordenação e que o trabalho é individualizado.

Cristina complementa que falta trabalho interdisciplinar. De acordo com Demo (2005, p. 95) a elaboração individual é importante porque aprimora a capacidade própria de propor e traduz o talento de cada um. A coletiva também é importante, por que em sociedade, é preciso saber trabalhar em equipe.

Sugestões de medidas que poderão ser realizadas pela escola em relação ao professor para auxiliá-lo no trabalho de aluno com PC

Solicitou-se ao grupo que citassem medidas que a escola poderia realizar de maneira que contribuísse com o professor para desenvolver o trabalho pedagógico com a aluna.

Beltran (2003, p. 48) se embasa nas reflexões de Dewey para afirmar que a educação é um processo inacabado, e as atividades são elementos centrais da aprendizagem escolar.

A professora **Lara** cita que: “Mais do que a escola, a Secretaria de Educação precisava capacitar os profissionais que atuam com a aluna mostrando-lhes alternativas pedagógicas para efetivar sua inclusão e aprendizagem, principalmente os profissionais de Educação Física”.

A professora **Fernanda** reforça que é preciso insistir com a Secretaria da Educação sobre a necessidade de capacitação e a importância de esclarecer e fazer compreender o desafio que é trabalhar com essa criança. Segundo Basil (2004, p. 232) “as necessidades especiais de alunos com PC devem ser vistas mais como desafio do que como um obstáculo.”

As professoras **Cristina** e **Beatriz** compartilham da idéia sobre a capacitação. **Cristina** acrescenta que é necessário fazer uma anamnese para melhor conhecimento da aluna assim como pedir laudo médico.

Beatriz acredita que é preciso requisitar profissionais especializados (psicólogo, neurologista) para auxiliar o trabalho do professor.

Basil (2004, p. 224) comenta que toda a educação do aluno com PC terá de ser sempre um trabalho de equipe, com a atuação do professor apoiado por profissionais como fisioterapeuta, logopedista⁷, terapeuta ocupacional, o médico reabilitador ou outro especialista. Sendo ainda necessário que o trabalho psicopedagógico se realize com a estreita colaboração dos pais e outras pessoas ligadas a criança.

Além da capacitação, a professora **Iza** aponta que é preciso dar suporte teórico, pedagógico e materiais, orientar e acompanhar planejamento coletivo e ajudar o professor no trabalho com a criança.

A professora **Meire** ressalta que há necessidade de informar o professor sobre a situação da aluna que irão receber que a mesma apresenta comprometimento motor, quanto aos aspectos cognitivos apresenta bom rendimento.

Interação da criança com PC na escola.

Foi solicitado ao grupo de professoras pesquisadas que descrevessem como era a interação da criança na escola.

Todas as professoras compartilham da idéia de que as crianças aparentemente não demonstram qualquer preconceito, são solidárias com a aluna oferecendo ajuda constante. Gostam de estar perto, brincam e se preocupam com seu bem estar e a respeitam.

⁷ Profissional capacitado para diagnosticar as disfunções da comunicação das pessoas ao nível de voz, articulação, fluência e até da própria linguagem, quer em criança quer em adultos.

Para falar sobre preconceito e diferenças é preciso entender o sentido da palavra “alteridade” citado por Fernandes (2006, p. 3) que significa distinção, o outro que é distinto, diferente do mesmo. Em contrapartida Silva (2000, p. 92) argumenta que:

Entendendo os seres como distintos uns dos outros e situando a identidade nessa distinção, não caberia nenhum tipo de discriminação, nem tão pouco uma política de exclusão das diferenças. A diferença (a distinção) passa a ser nesta visão, uma característica comum a espécie humana.

Parceria escola/família da aluna com PC

As professoras **Meire** e **Iza** concordam que no caso específico da criança os pais dão maior apoio à escola, acompanham diariamente a criança e na hora do recreio ajudam a olhar preocupam com o desenvolvimento da filha e estão à disposição para qualquer necessidade.

No entanto, a Professora **Lara** cita que:

Há alguma parceria, mas ainda precisa estreitar-se mais, estabelecer maior confiança. A mãe vem diariamente ajudar a filha na higiene, troca de fralda e alimentação. Porém não consegue estabelecer a necessária ponte entre os diversos seguimentos de apoio que, segundo ela, prestam atendimento de fisioterapia e equoterapia a aluna. Não existe laudo médico da aluna na escola.

A professora **Cristina** concorda que existe a presença dos pais, mas completa que falta o trabalho de estimulação dos mesmos para com seus filhos.

A Professora **Fernanda** comenta que a parceria entre a família e escola é superficial e que deveria haver mais empenho de ambas as partes.

De acordo com a Professora **Bia** “os pais da aluna a acompanham (trazem e buscam, passam o recreio com ela) se isso for parceria acho que existe.”

Papel da equipe diretiva quanto a matricula de aluno com PC

Foi solicitado ao grupo que respondessem sobre o papel da equipe diretiva em relação a matricula de aluno com PC.

As Professoras **Iza**, **Beatriz** e **Meire**, concordam que no momento em que a escola recebe uma criança com PC, deve se mobilizar para buscar acessibilidade, recursos metodológicos e materiais para o trabalho com essa criança. Em primeiro lugar reunir todos os profissionais da escola e dar uma palestra informando quem vai trabalhar com a criança e o papel de cada um no trato com essa criança.

Em segundo lugar buscar parcerias com a família, envolvendo-os nos projetos da escola. Encaminhar a criança a outros profissionais que possam ajudar na terapia dela. Acompanhar todo o trabalho que for realizado com a criança PC e orientar cada novo passo.

A Professora **Fernanda** cita que: “Além de colocar os profissionais da escola a parte de como será feito o seu desenvolvimento, é preciso informar quem irá nos apoiar neste trabalho e a quem recorrer quando não estivermos dando conta”.

As Professoras **Lara** e **Cristina** acreditam ser necessário exigir laudos existentes ou solicitá-los ao médico. Pedir o preenchimento de uma anamnese mais simples que possa orientar o trabalho dos professores. Se possível realizar uma entrevista com os pais e repassar aos professores o perfil deste aluno, antes do início do ano letivo.

Lara completa que: “Infelizmente ainda há enormes entraves na consecução destes laudos e nem sempre a família sabe ou quer relatar comprometimentos. Pedir laudo médico, fazer anamnese, informar o professor e passar tais documentos ao mesmo”.

Para fazer as intervenções e adaptações das atividades direcionadas à aluna e de fato propiciar a qualidade da educação é importante que tenha uma ficha de avaliação contendo informações necessárias para conhecer as necessidades da aluna.

Segundo os autores Coll, Marchesi e Palacios (2004, p. 275):

A importância dos contextos no desenvolvimento e na adoção de um enfoque educacional implica admitir que a avaliação psicopedagógica não é uma tarefa que um profissional (pedagogo, psicólogo, psicopedagogo) possa assumir de forma exclusiva. Ao contrário é imprescindível a colaboração desses profissionais com outros indicadores presentes nos diversos contextos de desenvolvimento.

4.2-Análise do Questionário com Equipe Diretiva

Para compreender melhor sobre a inclusão da aluna na escola foi solicitado que a equipe diretiva da escola respondesse a seguinte pergunta:

- Quais são as diretrizes que você recebe da Secretaria de Educação para incluir alunos com Paralisia Cerebral na escola?

A Coordenadora **Sandra** respondeu que: “A Secretaria de Educação nos orienta como os alunos com paralisia cerebral devem ser lançados no sistema (E.I.) e os direitos dessas crianças como portadoras de necessidades especiais”.

No entanto, a Diretora **Heloisa** e a Vice **Andréia** responderam que não recebem nenhuma instrução. Observa-se uma contradição entre a equipe diretiva em relação aos

procedimentos de inclusão de alunos com necessidades especiais na escola. A coordenadora demonstra ter conhecimento desses procedimentos talvez por que esteja envolvida apenas com os aspectos pedagógicos da escola.

Em função disso Bordignon e Gracindo (2008) comentam que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional (LDB) Lei nº 9.394/96, no inciso VIII ,do art. 3º, trata a gestão da escola e determina que um dos princípios que rege o ensino é a gestão democrática. Essa nova forma de administrar a educação constitui-se num fazer coletivo configurando-se como uma prática cotidiana nos ambientes educativos.

Opinião da equipe diretiva em relação a inclusão

Foi solicitado que a equipe diretiva registrasse sua opinião em relação à inclusão de alunos com necessidades especiais na rede regular de ensino.

A Diretora **Heloisa** e a Vice **Andréia** afirma que é preciso que a escola garanta o direito que este aluno tem de aprender, respeitando as diferenças e valorizando o seu potencial

A Coordenadora **Sandra** pensa que a inclusão dessas crianças no ensino regular deve acontecer de forma mais efetiva, garantindo a elas desenvolver suas potencialidades tanto os conhecimentos acadêmicos quanto estratégias de convivência que amenizem suas limitações frente à sociedade, fortalecendo a amizade, o companheirismo, a colaboração e fundamentalmente a aceitação entre todos.

Segundo Bordignon e Gracindo (2008, p. 154) essencialmente, pensar e construir escola é colocar em prática uma concepção política e uma concepção pedagógica que se realimentam e se corporificam na sua Proposta Político-Pedagógica. Concepção política porque é ela que promove a ação transformadora da sociedade e concepção pedagógica porque é o substrato da função escolar.

Dificuldades e necessidades percebidas pela equipe diretiva em relação à inclusão

Foi solicitado que a equipe diretiva apontasse as necessidades e dificuldades percebidas em relação à inclusão de alunos com Paralisia Cerebral nessa escola.

A Diretora **Heloisa** e a Vice **Andréia** citam que necessitam de professores preparados para trabalhar com a aluna. Acrescentam ainda que: “Algumas vezes essas crianças são ignoradas dentro da escola porque alguns profissionais não conseguem desenvolver um trabalho adequado e a dificuldade para avaliar o que a aluna realmente aprendeu”.

Gil, Santos e Barbato (2010, p. 267) ressaltam que a criança não sente a deficiência diretamente. Ela manipula os objetos com os movimentos que possui. É a sua maneira de fazer que, para ela, não é deficiente. A deficiência é percebida pela criança ao ser incentivada a realizar uma atividade que todos conseguem fazer menos ela, colocando-a em desvantagem, visto que esse fato desvaloriza a sua maneira de fazer. Daí decorre a importância de o educador estar atento desde o seu planejamento com vistas à proposição e desenvolvimento de atividades que permitam à criança compensar sua dificuldade motora ou, ao menos, que não a destaque, seja por meio de uma adaptação na tarefa em si ou uma modificação nas formas de participação que seja efetiva e valorizada por todos.

A Coordenadora **Sandra** aponta que uma das dificuldades se refere

“A inadequação das instalações, uma vez que não se contemplam espaços e condições para portadores de déficits motores, o despreparo do docente para lidar com PNEEs em geral, a carência de materiais básicos (livros, etc.) e de recursos tecnológicos avançados como computadores, a presença de uma prática pedagógica que não contempla a diversidade de necessidades educacionais e a ausência de equipes de apoio.”

Para conhecer se processo de inclusão acontece desde o ato da matrícula, a equipe diretiva respondeu a questão: **a escola possui um instrumento que possibilita saber se a criança tem alguma necessidade especial?**

A Coordenadora **Sandra** afirma que na ficha de matrícula consta um item que permite identificar se a criança necessita de atendimento especial a partir daí é lançada no sistema como portadora de necessidades especiais.

A Diretora **Heloísa** e a Vice **Andréia** citam que não existe nenhum instrumento que permite essa identificação. Portanto, podemos observar outra contradição entre a equipe diretiva.

Nesse sentido Bordignon e Gracindo (2008, p. 172-173) comentam que para construir a escola que queremos é preciso que:

A direção seja concebida como a coordenação das alteridades das diferenças entre os iguais, que as pessoas sejam situadas como sujeitos, por que somente são cidadãos, capazes de se comprometer e participar com autonomia. Os conflitos não sejam negados, mas mediados dialeticamente. A informação flua límpida e transparente, pois é a matéria prima da gestão e o respeito profissional seja cultivado acima de tudo.

Dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar tanto pelo educador quanto pela aluna com Paralisia Cerebral sob o foco da equipe diretiva.

Foi solicitado que a equipe diretiva citasse as dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar tanto pelo educador quanto pela aluna com Paralisia Cerebral.

A Coordenadora **Sandra** aponta a ausência de materiais, a falta de conhecimento e informação, mesas e cadeiras desconfortáveis.

Quanto à necessidade de mobiliários adequados para atendimento da aluna com PC Basil (2004, p. 231) comentam que a equipe interdisciplinar que atende a aluna deve garantir as adaptações do espaço e do mobiliário dando suporte técnico para o controle postural, deslocamento e manipulação de maneira que possibilite a participação ativa nos ambientes sociais.

A diretora **Heloísa** e a Vice **Andréia** apresentam como dificuldade a locomoção e o desafio de atendê-la em suas particularidades tendo tantos outros alunos na sala.

Contribuições da equipe diretiva para facilitar o trabalho dos professores em relação aos alunos com PC.

A equipe diretiva afirma que procuram fazer parceria com o professor, atendendo as suas necessidades, colaborando com materiais, estando sempre presente em sala de aula, além de manter contato constante com a família dessa criança.

A Coordenadora **Sandra** diz que apóia o trabalho dos professores com livros, artigos, revistas que possa trazer um maior embasamento teórico, e sempre que é solicitado um atendimento mais individualizado da aluna.

De acordo com a equipe diretiva da escola os aspectos que facilitam o trabalho do professor com a aluna é a sua receptividade, a afetividade, o seu interesse em superar-se a cada dia, o apoio da família e o envolvimento da turma.

Quanto aos aspectos que dificultam o trabalho dos professores apontam a falta de pessoal mais disponível para dar apoio todos os dias, número de alunos elevado na sala de aula e a falta de profissionais especializados.

Solicitou-se também que a equipe diretiva respondesse a questão proposta no questionário contribuindo com sugestão sobre as mudanças que poderiam acontecer na escola em relação à inclusão.

A Coordenadora Sandra acrescenta que:

“É indispensável que nós, profissionais repensemos nossa prática educativa, objetivando transformar a realidade, e, sobretudo, que sejamos capazes de fazer com que a inclusão escolar aumente as oportunidades que têm sido oferecidas a eles, para que a inclusão realmente acontece em nosso dia a dia, explorando mais as potencialidades desses alunos”.

Tanto a Diretora **Heloísa** e a Vice **Andréia** consideram relevante a necessidade de ter profissionais capacitados para trabalhar com essas crianças.

Nesse sentido Rabelo e Amaral (2003, p. 213) ressaltam que tanto a Declaração de Salamanca como as leis proclamadas após o ano de 1994 preocupam-se com a formação do professor que estará em contato com essa nova fase do ensino regular.

Garcia (2008, p. 94) comenta que, os formadores de professores têm o papel primordial no desenvolvimento das competências e atitudes dos professores em formação. Não apenas a responsabilidade de incluir conteúdos referentes a temas culturais, mas também no desenvolvimento de metodologias de ensino que permitam a reflexão e a análise intercultural.

4.3 Análise do Questionário Aplicado a Mãe da Aluna

A participação da **mãe** da aluna Agnes na pesquisa foi fundamental para entender o processo de inclusão da aluna na escola, conhecer as dificuldades, sucessos e necessidades da filha e saber como a família apóia, participa e contribui de sua vida escolar.

Solicitou-se a **mãe** que respondesse sobre os motivos que a levou a matricular sua filha na escola Multirreferencial, ela citou que foi devido à proximidade da casa e a dificuldade para levar a aluna em uma escola longe devido à irmã menor, e para melhorar o desempenho da leitura e escrita.

De acordo com a **mãe** no que se refere aos atendimentos necessários a filha com PC, a equipe diretiva tem empenhado para melhorar a infra-estrutura da escola, fazendo algumas adaptações básicas necessárias para sua locomoção como: rampas para entrada no portão e sala de aula, sala de recursos e reformou o banheiro. Quanto à aprendizagem a escola ajudou a desenvolver a leitura, gosto por estudar, contribuiu também oferecendo a sala de recursos.

A mãe cita comenta que a filha gosta de participar das atividades coletivas, telefona para os colegas e não gosta de perder aula.

Ciente de suas necessidades, a família procurou apoio em programas e projetos que a auxiliam em seu desenvolvimento, fisioterapia oferecida pela UNILESTE-MG (Universidade

católica), por estagiários do curso de fisioterapia e terapia ocupacional. No clube do cavalo faz equoterapia.

A mãe respondeu também sobre as ações desenvolvidas pela escola para melhorar o desempenho da aluna, informou que foi implantada a sala de recursos e a professora oferece atendimento individualizado procurando atender as necessidades da aluna.

Na tentativa de identificar as necessidades pedagógicas da aluna que a escola ainda não conseguiu atender, solicitou-se que a mãe respondesse a questão proposta.

De acordo com a mãe a maior dificuldade encontrada pela filha é aprender a matemática, pois precisa de material concreto para manipular, e ela apresenta limitações para esta aprendizagem.

No cotidiano escolar a mãe informa que encontrava dificuldade para acompanhar a aluna todos os dias na escola oferecendo o lanche e fazendo a higiene pessoal na escola na hora do recreio.

Segundo Gil, Santos e Barbato (2010, p. 263):

Mesmo que a criança seja acompanhada por uma pessoa familiarizada diariamente na escola, destaca-se a importância de se habilitar outras pessoas da comunidade escolar, visto que pode acontecer da criança um dia não estar acompanhada, e quanto mais pessoas forem capazes de auxiliá-la, mais tranquilo será seu convívio na escola. A busca da informação, a observação e a prática com pessoas familiarizadas com a criança podem promover a desmistificação de crenças equivocadas e propiciam segurança ao professor em seu auxílio.

A mãe complementa que a cadeira escolar (mesmo adaptada) é inadequada para atender de maneira confortável e melhorar a postura da aluna, queixou-se que a cadeira deixou marcas roxas no corpo dela, não existe elevador para dar acesso aos alunos com necessidades especiais ao 2º pavimento da escola, impossibilitando a aluna estudar nas salas superiores. A escola sempre se mobiliza para formar turma no térreo e atender a aluna. Para o ano de 2011 a Coordenadora propôs para família trocar a aluna de horário para continuar no térreo.

Ainda de acordo com a mãe alguns brinquedos e atividades recreativas precisam ser adaptados para alunos com NEE, muitas vezes as crianças não têm como participar das atividades recreativas e apenas observa outros alunos brincando. Quanto às adaptações do banheiro ainda falta tampa do vaso sanitário adaptado as necessidades da aluna.

Como a escola não possui mobiliário adequado para atender a mobilidade da filha e oferecer o mínimo de conforto a família contou com a participação e contribuição de amigos para obter a cadeira escolar adaptada.

Quanto à participação da família na escola, a mãe aponta que é insuficiente, pois a família precisa se envolver mais.

Entendemos que a família precisa estar atuante, lutar pelos direitos da criança, procurando todos os meios legais para de fato conseguir todos os materiais necessários para atender a criança.

A mãe esclarece que rotina de sua filha, é bastante difícil devido às várias atividades realizadas por ela durante a semana. De acordo com a mãe conciliar a rotina com a escola regular, causa cansaço excessivo na criança e nela.

Nesse sentido Carvalho (2004, p. 224) afirma que:

Um dos objetivos educacionais para a criança com deficiência motora é garantir o desenvolvimento máximo de suas capacidades para poder ter uma vida de relação e aproveitamento de seu tempo de trabalho e de lazer o mais rica, adaptada e feliz que muitas vezes esse objetivo se perde, pois a criança é sobrecarregada com seções e tratamentos específicos.

De acordo com a mãe todo início de ano precisa explicar para a escola como trabalhar com a criança, observa que há necessidade de um relatório que esclareça as dúvidas mais frequentes dos professores em relação à aluna. Além disso, existe a necessidade de esclarecer aos pais durante as reuniões sobre questões da inclusão, orientando sobre a integração de alunos, a necessidade da cooperação, como é desenvolvido o trabalho com a criança.

Em relação ao trabalho de inclusão desenvolvido pela escola a mãe respondeu que: “Muitos professores não estão preparados para receber e trabalhar com alunos com NEE. Parte dos professores e equipe diretiva tem procurado atender as necessidades da aluna no que se refere à inclusão”.

A mãe informou que há necessidade de melhorar os materiais pedagógicos necessários ao atendimento da filha e que para incluir a criança, precisa também de atividades diferenciadas que irá proporcionar maiores condições de resolver e entender as atividades propostas.

De acordo com a resposta da mãe todos os funcionários da escola receberam sua filha com carinho e cuidados como qualquer outro aluno. Porém reclamou sobre a postura de

alguns pais que ainda não reconhecem a importância e os direitos da criança no processo da inclusão.

4.4 Análise da Entrevista com a Aluna

Com a finalidade de conhecer a opinião da aluna sobre sua inclusão na escola, os sentimentos em relação à equipe diretiva, professores alunos e demais funcionários, houve a necessidade de questioná-la.

A aluna respondeu que a escola é muito boa, todos os funcionários e a equipe diretiva são muito pacientes, são muito bons também.

Em relação aos colegas da escola, ela disse que “são muito bons e quando um objeto cai, eles pegam para mim. Quanto aos professores a aluna respondeu que são muito bons também.”

Kelman (2004, p. 37), afirmam que as atitudes dos colegas em relação aos alunos com alguma deficiência constituem um fator decisivo para integração social deles. A autora se apóia nas pesquisas de (MARAS e BROWN, 1992) para citar que a sensibilidade dos outros aumenta o conhecimento e a avaliação das diferenças.

De acordo com a aluna a família participa de sua vida escolar ajudando nos deveres de casa e ensinando também.

Ao questionar a aluna sobre os conhecimentos que adquiriu na escola, ela disse que: “Na escola aprendi a ler, aprendi um pouquinho de matemática já sei que: $2+2= 4$, $4+4= 8$. Aprendi muita coisa”.

As experiências sensório motor da criança com PC são limitadas por isso apresentam dificuldade para manipular objetos (BASIL, 2004) o que pode impedir o desenvolvimento da inteligência sensório-motora como consequência dificulta o desenvolvimento do raciocínio operatório e formal.

Com a intenção de saber as dificuldades encontradas por ela na escola, foi proposto que a aluna falasse a respeito das coisas que a incomodavam ou dificultavam sua permanência na escola. A aluna disse que: “Não sei não, na escola não existe nada difícil para mim, tudo na escola é bacana e legal”.

Com finalidade de saber como a escola tem ajudado a aluna a superar as dificuldades solicitou-se que ela respondesse a questão proposta. A aluna disse também que não sabia dizer o que a escola fazia para ajudá-la.

Após pedir a aluna que pensasse em algum obstáculo que ela encontrava na escola, mesmo depois de dizer que não existia nada difícil e que mudanças ela gostaria que acontecessem na escola (pois estava ciente de suas dificuldades).

A aluna expôs que: “Para melhorar a escola precisa mudar a escada, por que tenho que ficar subindo a escada ai cansa. Mas eu estou falando assim, é quando tenho que ir lá (laboratório de informática - 2º pavimento) os professores precisam me carregar no colo e eu estou ficando cada vez mais pesada e está ficando mais difícil”.

V-CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho monográfico se propôs estudar o processo de alfabetização de uma aluna com Paralisia Cerebral inserida na escola, descrevendo o histórico da paralisia cerebral e os entraves em relação à inclusão, bem como os aspectos que contribuem para o sucesso do trabalho do professor, apontando alternativas possíveis de se concretizar. A Fundamentação Teórica trouxe contribuições importantes para entender que a luta pela direito a inclusão se originou no século XX, respaldada na Declaração dos Direitos Humanos “Igualdade e dignidade para todos”.

Todas as etapas da pesquisa foram importantes, pois proporcionaram conhecimentos preciosos sobre a inclusão de alunos com necessidades especiais. Podendo subsidiar o trabalho do professor e da escola, apontando estratégias e recursos a serem utilizados.

Compreender causas da paralisia cerebral e suas conseqüências ajudou a identificar as limitações que essas crianças apresentam e oferecer aos educadores, alternativas para facilitar a aprendizagem e minimizar as dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar.

Partindo do princípio, que a família é o principal e primeiro contexto de desenvolvimento da criança acredita-se que exista a necessidade de promover a integração e parceria da família/escola, de maneira que haja envolvimento e troca de experiências dando suporte ao professor para compreender as reais necessidades da aluna contribuindo de fato para o sucesso de sua aprendizagem. Possibilitando a escola perceber que a família também enfrenta desafios para educar e acompanhar a filha em sua rotina.

O papel do professor no processo da inclusão é de fundamental importância, por que a existência de um sentimento de incapacidade para enfrentar os desafios do cotidiano escolar e a vontade de acertar é que impulsiona o repensar das práticas pedagógicas e a necessidade de enfrentar dos desafios de incluir a diversidade. É através da vivência em sala de aula das relações professor /colegas/ aluno, que a criança percebe de fato a concretização da inclusão.

Não há metodologia específica para alfabetizar crianças com PC. Cabe ao professor organizar e estruturar os conteúdos do currículo, buscando estratégias e recursos que facilitem a aprendizagem de maneira significativa.

É importante destacar a necessidade de uma gestão democrática, participativa, que permite o fazer coletivo, organizada pela finalidade da educação seja na dimensão individual ou social.

As indagações feitas à aluna evidenciaram que para ela não existem entraves quanto sua inclusão, em uma frase sua “para mim não existe nada difícil” pode-se comprovar este fato a não ser pela dificuldade de sua locomoção dentro da escola, especialmente para o andar superior. Concluiu-se que os desafios e dificuldade da inclusão nem sempre é percebido pelo aluno que foi incluído na escola. Em função disso é importante que o educador planeje as aulas de maneira que não reforce a dificuldade do aluno, mas que facilite a participação e execução das atividades.

A partir desta reflexão acredito que é necessário inverter o conceito que temos sobre inclusão, na verdade ela começa em nós e somos responsáveis apenas para encontrar meios que possibilite e favoreça a aprendizagem, a escola é que precisa se adaptar para receber os alunos com necessidades especiais.

O trabalho foi interessante, pois pode contribuir para o trabalho do professor /família e escola, porém existe a necessidade da pesquisa fazer parte do cotidiano na escola propiciando a busca de soluções para as necessidades dos alunos e da escola.

Como reflexão final não poderia deixar de citar que a inclusão é acima de tudo o ‘humano’, e o essencial é desenvolver a sensibilidade e valores que estão acima dos conteúdos. Não perdendo de vista a essência do ser.

Ainda que eu falasse as línguas dos homens e dos anjos, e não tivesse Amor, seria como o metal que soa ou como o sino que tine. E ainda que tivesse o dom da profecia, e conhecesse todos os mistérios e toda a ciência, e ainda que tivesse toda a fé, de maneira tal que transportasse os montes, e não tivesse Amor, nada seria.

(I Corintios 13- 1-2)

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Elisabeth Maria. BARROS, Maria Elisabeth Barros de, e OLIVEIRA, Sonia Pinto de **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. UERJ-RJ, Ano 5, N.2, 2º semestre, 2005.

BARRAQUER, L.; Ponces, J. Corominas, J. e Torras, E. **La parálisis infantil. Su estructura y dinámica**. Barcelona: Científico-Médica, 1964.

BASIL, Carmem. **Os alunos com paralisia cerebral e outras alterações motoras**. In: COLL, C., Marchesi, A., PALACIOS, J. Desenvolvimento psicológico e educação. Transtornos de desenvolvimento e necessidades especiais. 2ª ed. 3v. Porto Alegre: Artmed, 2004. P. 215-233.

BELTRÁN, Francisco. John Dewey. **Democracia como vida. Pedagogias do século XX**. Jaume Carbonell Sbarroja (org). [et al.]. Porto Alegre: Artmed, 2003.

BLANCO, Rosa. **A atenção a diversidade na sala de aula e as adaptações do currículo**. In: COLL, C., Marchesi, A., PALACIOS, J. Desenvolvimento psicológico e educação. Transtornos de desenvolvimento e necessidades especiais. 2ª ed. 3v. Porto Alegre: Artmed, 2004.

BORDIGNOM, Genuíno e GRACINDO, Regina Vinhaes. **Gestão da educação: O Município e a Escola**. In: FERREIRA, Naura Syria Capareto, AGUIAR, Márcia Ângela da S. Gestão da Educação: Impasses, Perspectivas e Compromissos. 6.ed.-São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL, Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 22. Dez.2010.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acessado em: 12 de maio de 2011.

BRASIL. **Declaração de Salamanca (1994) sobre Princípios, Políticas e Práticas na área das Necessidades Educativas Especiais**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 10/jan 2011.

BRASIL. **Decreto Lei 5296 de 2 de dezembro de 2004. Lei de acessibilidade**. Disponível em: <<http://www.andaluz-lr.com.br/lei.pdf>>. Acesso em: 20 mar. de 2010.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. (ECA) Estatuto da Criança e do Adolescente** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis.htm>. Acesso em: 09. Jan.2011.

BRASIL. Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 – **LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL – 1996 CAPITULO V DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 12 de maio de 2011.

BRASIL. Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. **PARECER CNE/CEB. Nº: 13/2009.** Aprovado em: 3/6/2009 **Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb013_09_homolog.pdf>. Acesso em: 22. dez.2010.

BRASIL. **Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação.** Câmara De Educação Básica. Resolução Nº 4, de 2 de outubro de 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em> maio/2011.

BRASIL. **Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial.** Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Brasília: MEC/SEEP, 2001.

BRASIL. PARECER HOMOLOGADO. Despacho do Ministro, publicado no D.O.U. de 24/9/2009, Seção 1, Pág. 13. Ministério da Educação/Conselho Nacional De Educação Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 10 de maio de 2011.

CARVALHO, Erenice Natalia Soares de. **Transtornos Globais do Desenvolvimento na escola.** In: KELMAN, Celeste Azulay [*et al.*]. Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar. Brasília: Ed. UnB, 2010. P. 221-235.

COLL, C., Marchesi, A., PALACIOS, J. **Desenvolvimento psicológico e educação. Transtornos de desenvolvimento e necessidades especiais.** 2ª ed. 3v. Porto Alegre: Artmed, 2004.

DEMO, Pedro. **Saber Pensar.** Instituto Paulo Freire. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2005 (Guia da escola cidadã; v. 6).

DUTRA, Cláudia Pereira [*et al.*]. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEEP, 2008.

FARIA, Vanderléia Maria de. Corporizando leituras e alfabetizando o corpo. Uma abordagem metodológica das dificuldades de aprendizagem. In: **A construção do conhecimento em Ciência da Motricidade Humana.** Quatro estudos sobre dança de salão, Aprendizagem, ginástica laboral e Atividade Física Laboral Regular. R.J: Ed. LECSU, 2009. P.59-92.

FERNANDES, Idília. **O lugar da identidade e das diferenças nas relações sociais.** Revista Virtual textos e Contextos, nº 6, dez. 2006. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index>>. Acesso em: 07 de mar. de 2011.

FERREIRO, Emilia. **Reflexões sobre alfabetização.** 24 ed. Atualizada. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção: Questões da nossa Época).

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso.** 4. ed. São Paulo: Loyola, 1998.

GARCIA, Marcelo Carlos. **Formação de Professores: para uma mudança educativa**. Ava Portugal: Porto Editora, 1999.

GIL, Ingrid L. de C.; SANTOS, Paulo França; BARBATO, Silviane. **A pessoa com paralisia cerebral na escola**. In: KELMAN, Celeste Azulay [*et al.*]. Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar. Brasília: Ed. UnB, 2010. P.127-139.

GIL, Ingrid Lapa de C.; SANTOS, Paulo França; BARBATO, Silviane. **O aluno com deficiência física na escola**. . In: KELMAN, Celeste Azulay [*et al.*]. Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar. Brasília: Ed. UnB, 2010. P. 259-268.

GINE, Climent. **Avaliação Pedagógica**. In: COLL, C., MARCHESI, A., PALACIOS, J. Desenvolvimento Psicológico e Educação. Transtornos de desenvolvimento e necessidades especiais. 2ª ed. 3v. Porto Alegre: Artmed, 2004.

KELMAN, Celeste Azulay. **Sociedade, Educação e Cultura**. In: KELMAN, Celeste Azulay [*et al.*] . Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar. Brasília: Ed. UnB, 2010. P. 11-53.

LUDKE, M.; André, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACIEL, Diva Albuquerque. **Alfabetização e Letramento: Aprender o código ou o sistema de escrita?** . In: KELMAN, Celeste Azulay [*et al.*] . Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar. Brasília: Ed. UnB, 2010. P. 103-126.

MACIEL, Diva Albuquerque. Raposo, Mírian B. T. **Metodologia e construção do conhecimento: contribuições para o estudo da inclusão**. In: KELMAN, Celeste Azulay [*et al.*] . Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar. Brasília: Ed. UnB, 2010. 73-102.

MARCHESI, Álvaro. **A prática das escolas inclusivas**. In COLL, C., MARCHESI, A., PALACIOS, J. Desenvolvimento psicológico e educação. Transtornos de desenvolvimento e necessidades especiais. 2ª ed. 3v. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MARQUES, Alberto Carlos e MARQUES, Luciana Pacheco. **Do Universal ao múltiplo: os caminhos da inclusão**. In: LISITA, Verbena Moreira S. de S. e Souza, Luciana Freire E. C. P. Políticas Educacionais, práticas escolares e alternativas de inclusão escolar. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

MARTINS, G. A. **Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.

NOVOA, Antonio. **Professor se forma na escola**. Revista Nova escola. Maio 2001. Ed. 142. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br>.> Acesso em: 12 de março de 2011.

OLIVEIRA, João Batista Araujo. **Programa Alfa e Beto de Alfabetização: Manual da Escola**. 10 ed. Brasília: Instituto Alfa e Beto, 2011.

PANIAGUA, Gema. **As famílias de crianças com necessidades educativas especiais**. In COLL, C., MARCHESI, A., PALACIOS, J. Desenvolvimento psicológico e educação.

Transtornos de desenvolvimento e necessidades especiais. 2ª ed. 3v. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PERRENOUD, Philippe **Formar professores em contextos sociais em mudança. Prática reflexiva e participação crítica.** Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade de Genebra. Trad. de Denice Barbara Catani. Trabalho apresentado na XXII Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, setembro de 1999. Disponível em: <http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/rbde12/rbde12_03_philippe_perrenoud.pdf>. Acesso em: 07 de mar. de 2011.

RABELO, Annete Scotti. AMARAL, Inez Janaina de Lima. **A formação do professor para a inclusão escolar: questões curriculares do curso de Pedagogia.** In: LISITA, Verbena Moreira S. de S. e SOUZA, Luciana Freire E. C. P. Políticas Educacionais, práticas escolares e alternativas de inclusão escolar. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acessado em 10 de maio de 2011.

RESOLUÇÃO nº 01/2010. **Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica.** Disponível em: <<http://blogdocne.blogspot.com/2010/01/resolucao-cneceb-n-012010.html>>. Acesso em: 10 Jan.2011.

SACRAMENTO; Ivonete, **Estratégias Pedagógicas da Aprendizagem.** Psicologia do Desenvolvimento. Curitiba, 2003. Publicado 4/07/2008 por Ivonete Sacramento. Disponível em: < <http://www.webartigos.com>>. Acesso em: 07 de mar. de 2011.

SACRISTÁN, José Gimeno **Os inventores da educação e como nos apreendemos. Pedagogias do século XX.** Jaume Carbonell Sbarroja (org) [et al.]. Porto Alegre: Artmed, 2003.

SANTOS, Júlio César Furtado dos. **Aprendizagem significativa: modalidades de aprendizagem e o papel do professor.** Porto Alegre: Mediação, 2008.
SECRETARIA MUNICIPAL DE IPATINGA. Instrução Normativa Nº 01/2011. Ipatinga-MG: Prefeitura Municipal de Ipatinga. Secretaria Municipal de Ipatinga, 2011.

SILVA, Daniele Nunes Henrique; RIBEIRO, Julia Cristina Coelho; MIETO, Gabriela. **O aluno com deficiência intelectual na sala de aula: considerações da perspectiva histórico-cultural.** In: kelman, Celeste Azulay [et al.]. Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar. Brasília: Ed. UnB, 2010. P. 205-220.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 2010.

APÊNDICES

A - Questionário para os Professores (Modelo)

Prezado (a) Professor (a)

Estou fazendo uma pesquisa com o objetivo de auxiliar a coleta de dados para o Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, pela Universidade de Brasília – UnB, cujo tema é Paralisia Cerebral e gostaria de contar com sua colaboração preenchendo esse questionário.

Por favor, procure responder com bastante sinceridade ao questionário e não se preocupe, pois suas respostas serão utilizadas apenas para o fim de estudo na pesquisa. Sua identidade será preservada.

Conto com sua colaboração!

Maria Aparecida Rosa Ferreira

1- Dados de Identificação:

a) Identificação do professor: _____

b) Turma: _____

c) Numero de alunos na sala: _____

d) Numero de alunos com Paralisia Cerebral: _____ idade: _____

2 - Qual é a sua opinião em relação ao processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na escola regular, destacando o aluno com Paralisia Cerebral?

3- Descreva o processo de alfabetização de sua aluna com Paralisia Cerebral, inserida no PAT – (Programa de alfabetizar em tempo) na escola em relação.

a) Dificuldades:

b) Habilidades:

c) Desempenho:

4 - Que estratégia(s) você utiliza para alfabetizar a aluna com Paralisia Cerebral?

5- Qual (is) a(s) metodologia(s) utiliza para alfabetizar a aluna com Paralisia Cerebral? Descreva pelo menos três.

6 - Quais recursos a escola disponibiliza para auxiliar o seu trabalho?

7- A aluna com Paralisia Cerebral precisa de acesso às dependências da Escola. Cite as ações relacionadas à acessibilidade que a escola oferece à mesma?

8- Como ocorreu o processo de inclusão da aluna com Paralisia Cerebral:

a) na sua sala:

b) na escola:

9- Cite os aspectos que facilitam e os que dificultam o seu trabalho com a aluna com Paralisia Cerebral.

10 - Que medidas a escola deve tomar em relação aos professores que vão trabalhar com a criança com Paralisia Cerebral?

11- Como é a interação das outras crianças com a aluna com Paralisia Cerebral na escola?

12- Em sua opinião existe parceria escola e família? Como é de fato essa parceria e como deveria ser?

13 – Qual é o papel da equipe diretiva no momento em que o aluno com Paralisia Cerebral é matriculado na escola?

B - Questionário para Equipe Diretiva (Modelo)

Prezado (a) Gestor (a)

Estou fazendo uma pesquisa com o objetivo de auxiliar a coleta de dados para o Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, pela Universidade de Brasília – UnB, cujo tema é Paralisia Cerebral gostaria de contar com sua colaboração preenchendo esse questionário.

Por favor, procure responder com bastante sinceridade ao questionário e não se preocupe, pois suas respostas serão utilizadas apenas para o fim de estudo na pesquisa. Sua identidade será preservada.

Conto com sua colaboração!

Maria Aparecida Rosa Ferreira

1- Identificação funcionário: _____

2 - Quais são as diretrizes que você recebe da Secretaria de Educação para incluir alunos com Paralisia Cerebral na escola?

3 – Qual sua opinião em relação a inclusão de alunos com necessidades especiais na rede regular de ensino?

4 - Quais as necessidades e dificuldades que você percebe em relação à inclusão de alunos com Paralisia Cerebral nessa escola?

5 - No ato da matrícula existe algum instrumento que possibilita saber se a criança possui alguma necessidade especial? Qual?

6- Descreva as dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar tanto pelo educador quanto pela aluna com Paralisia Cerebral.

7- Descrever quais são as contribuições da equipe diretiva para facilitar o trabalho dos professores em relação aos alunos com Paralisia Cerebral?

8- Segundo sua opinião, em relação ao trabalho realizado pelos professores com crianças com Paralisia Cerebral, descreva quais são os aspectos.

a) facilitadores:

b) dificultadores:

09 - O que você acha que pode mudar na escola em relação à inclusão? Dê sugestões.

C - Questionário para os Pais (Modelo)

Prezada Responsável

Estou fazendo uma pesquisa com o objetivo de auxiliar a coleta de dados para o Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, pela Universidade de Brasília – UnB, cujo tema é Paralisia Cerebral gostaria de contar com sua colaboração preenchendo esse questionário.

Por favor, procure responder com bastante sinceridade ao questionário e não se preocupe, pois suas respostas serão utilizadas apenas para o fim de estudo na pesquisa. Sua identidade será preservada.

Conto com sua colaboração!

Maria Aparecida Rosa Ferreira

Identificação dos pais:

Pai _____

Mãe _____

Numero de filhos _____

1- O que motivou vocês a matricularem sua filha nesta escola?

2- Em sua opiniao, como a escola tem atendido as necessidades de sua filha no que se refere a:

- a) aprendizagem:
- b) infra-estrutura:
- c) Interação família/escola

3- Sua filha participa de algum programa ou projeto que a auxilia em seu desenvolvimento fisico ou intelectual? Qual (quais) ?

4- Que ações a escola tem desenvolvido para melhorar o desempenho de sua filha nas atividades escolares?

5 - Quais as necessidades pedagógicas que sua filha apresenta e que a escola ainda nao conseguiu atender?

6- Quais as dificuldades sua filha encontra no cotidiano escolar?

7 -Você participa dos trabalhos na escola? O que faz para ajudar a escola a minimizar as dificuldades que sua filha tem em relação a sua mobilidade e aprendizagem?

8- Na sua opinião, qual é o papel da família na inclusão escolar de um filho com Paralisia Cerebral?

9- Na sua opinião como a escola trabalha a inclusão de alunos com Paralisia Cerebral?

D- Roteiro de Entrevista com a aluna (Modelo)

- 1- Que sentimentos você tem em relação a:
 - Escola (espaço físico);
 - Colegas;
 - Professores;
 - Equipe diretiva;
 - Funcionários da escola;

- 2- Como sua família participa de sua vida escolar?

- 3- Fale sobre alguns conhecimentos que você adquiriu na escola.

- 4- Quais são as dificuldades que você encontra na escola?

- 5- O que a escola tem feito para ajudar a superar essas dificuldades?

- 6- Que mudanças você gostaria que acontecessem na escola?

E- Imagens da aluna em atividade física



ANEXOS



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PG-PDS
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar



A - Carta de Apresentação - Escola

A(o) Diretor(a): Heloísa

Escola Municipal Multirreferencial.

De: Profa. Dra. Diva Albuquerque Maciel

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Assunto: **Coleta de Dados para Monografia**

Senhor (a), Diretor (a),

A Universidade Aberta do Brasil - Universidade de Brasília está em processo de realização da 1ª oferta do curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar. Finalizamos agora a 1ª fase do curso e estamos iniciando a Orientação de Monografia.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com colegas, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desses trabalhos tem como objetivo a formação continuada dos professores/servidores, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

O trabalho será realizado pelo Professor/cursista Maria Aparecida Rosa Ferreira. Sob orientação, da Profa. Rosania Aparecida Stoco de Oliveira, cujo tema é: Alfabetização de alunos com Paralisia Cerebral no ensino regular: um estudo de caso, possa ser desenvolvido na escola sob sua direção.

Desde já agradeço, colocando-me a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,

Diva Albuquerque Maciel

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Pais/Responsáveis

Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhores Pais ou Responsáveis,

Sou orientanda do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil- Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre Alfabetização de Criança com Paralisia Cerebral. Este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

Constam da pesquisa, questionários para pais, professor e funcionários diretamente envolvidos com a aluna, fotos da aluna realizando algumas atividades escolares, entrevista com a aluna no intuito de registrar com fidedignidade as respostas e questionamentos feitos a ela. Para isso, solicito sua autorização para participação no estudo.

Para isso, solicito sua autorização para que sua filha participe da pesquisa podendo assim fazer o uso da imagem de sua filha caso seja necessário para justificar algumas situações da pesquisa.

Esclareço que a participação no estudo é voluntária. Seu (sua) filho (a) poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que a identificação de seu (sua) filho (a) não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o (a) senhor (a) poderá me contatar pelo telefone xxxx ou no endereço eletrônico cidaferreira68@hotmail.com. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente,

Maria Aparecida Rosa Ferreira

Orientanda do curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar Desenvolvimento Humano e UAB – UnB

Sim, autorizo a participação de meu (minha) filho (a) _____ neste estudo.

Nome: _____

Assinatura: _____

E-mail (opcional): _____

C– Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Mãe da Aluna



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhores Pais,

Sou orientanda do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil- Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre Alfabetização de Criança com Paralisia Cerebral. Este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

Constam da pesquisa, questionários para pais, professor e funcionários diretamente envolvidos com a aluna, fotos da aluna realizando algumas atividades escolares, entrevista com a aluna no intuito de registrar com fidedignidade as respostas e questionamentos feitos a ela. Para isso, solicito sua autorização para participação no estudo.

Para isso, solicito sua autorização para que participem da pesquisa, contribuindo assim para a realização do estudo proposto.

Esclareço que a participação no estudo é voluntária. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o (a) senhor (a) poderá me contatar pelo telefone xxxx ou no endereço eletrônico cidaferreira68@hotmail.com. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente,

Maria Aparecida Rosa Ferreira

Orientanda do curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar
 Desenvolvimento Humano e UAB – UNB

Sim, estou ciente e concordo em participar do estudo.

Nome: _____

Assinatura: _____

E- mail (opcional): _____

D- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Diretor/Vice-Diretor

Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Esc



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada Diretora,

Sou orientanda do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil- Universidade de Brasília (UAB-UNB) e estou realizando um estudo sobre Alfabetização de Criança com Paralisia Cerebral. Este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

Constam da pesquisa, questionários para pais, professor e funcionários diretamente envolvidos com a aluna, fotos da aluna realizando algumas atividades escolares, entrevista com a aluna no intuito de registrar com fidedignidade as respostas e questionamentos feitos a ela. Para isso, solicito sua autorização para participação no estudo.

Esclareço que sua participação no estudo é voluntária. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que a identificação de seu (sua) filho (a) não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o (a) senhor (a) poderá me contatar pelo telefone xxxx ou no endereço eletrônico cidaferreira68@hotmail.com. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente,

Maria Aparecida Rosa Ferreira

Orientanda do curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar
 Desenvolvimento Humano e UAB – UnB

Sim, estou ciente da participação dos professores, coordenadora, funcionários e aluna neste estudo e concordo em participar da pesquisa.

Nome: _____

Assinatura: _____

E-mail (opcional): _____

E- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido- Coordenador

Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão
 Escolar



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada Coordenadora,

Sou orientanda do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil- Universidade de Brasília (UAB-UNB) e estou realizando um estudo sobre Alfabetização de Criança com Paralisia Cerebral. Este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

Constam da pesquisa, questionários para pais, professor e funcionários diretamente envolvidos com a aluna, fotos da aluna realizando algumas atividades escolares, entrevista com a aluna no intuito de registrar com fidedignidade as respostas e questionamentos feitos a ela. Para isso, solicito sua autorização para participação no estudo.

Esclareço que a participação no estudo é voluntária. Seu (sua) filho (a) poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que a identificação de seu (sua) filho (a) não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o (a) senhor (a) poderá me contatar pelo telefone xxxx ou no endereço eletrônico cidaferreira68@hotmail.com. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente,

Maria Aparecida Rosa Ferreira

Orientanda do curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar
 Desenvolvimento Humano e UAB – UnB

Sim, estou ciente da pesquisa realizada e concordo em participar da pesquisa.

Nome: _____

Assinatura: _____

E-mail (opcional): _____

F- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - Professor



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Esc



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhor Professor,

Sou orientando do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil-Universidade de Brasília (UAB-UNB) e estou realizando um estudo sobre Paralisia Cerebral . Este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

Constam da pesquisa um questionário que deverá ser respondido pelos professores e coordenadores que trabalham com a criança com Paralisia Cerebral nesta escola, fotos de situações cotidianas e rotineiras da escola, próprias NEE da inclusão, e, ainda, no intuito de conhecer as metodologias e estratégias de ensino na alfabetização utilizadas pelos professores desta escola para o trabalho com essa criança. Para isso, solicito sua autorização para participação no estudo.

Esclareço que a participação no estudo é voluntária. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo a você. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o (a) senhor (a) poderá me contatar pelo telefone xxxx ou no endereço cidaferreira68@hotmail.com. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente

Maria Aparecida Rosa Ferreira
 Orientanda do Curso de Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão da UAB –
 UnB.

Concorda em participar do estudo? () Sim () Não

Nome: _____

Assinatura: _____

E-mail (opcional): _____